



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Maus Tratos a Idosos em Lares

Joana Fernandes Cardoso

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2018

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Maus Tratos a Idosos em Lares

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa,
no âmbito do Mestrado em Direito Criminal, sob orientação da Senhora Professora
Doutora Paula Ribeiro de Faria.

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2018

Aos meus pais e à minha avó.

“Mundus senescit – o mundo está a envelhecer. A humanidade entrou na sexta e última idade da vida: a velhice. Mas este progresso para trás é no entanto um processo unilinear que privilegia as sociedades, mesmo em sentido negativo.”

- *Jacque Le Golf*

Agradecimentos

Um especial agradecimento à Prof. Dra. Paula Ribeiro de Faria, pelas orientações, sugestões e disponibilidade dadas ao longo deste percurso.

Aos meus pais e irmão, pelo apoio incondicional, por me motivarem e possibilitarem que lute sempre pelos meus sonhos, tendo a certeza que nunca irei agradecer o suficiente por tudo o que me proporcionam.

Ao Dr. João Sevivas, com grande gratidão pelo enorme contributo que teve para a elaboração deste estudo, com a sua ajuda e a sua sabedoria.

Aos meus patronos, Dra. Joana Sevivas e Dr. João Sousa Rodrigues, pela compreensão e pela ajuda com as quais sempre pude contar, e que foram fundamentais.

Ao André, pelo afeto, pela dedicação, e por ser o meu porto de abrigo.

A todos os meus amigos, pelo companheirismo e apoio com que sempre me presentearam.

Resumo

As pessoas idosas, enquanto grupo populacional que sofre das mais diversas fragilidades, não encontra no nosso ordenamento jurídico uma menção que se dirija a si de forma específica. Cabendo em conceitos expressos pela lei, nomeadamente pelo Código Penal e, vendo os seus bens jurídicos previstos na Constituição da República Portuguesa, não há dúvidas de que merecem tutela penal. A situação dos idosos que residem em lares é específica. Importa, então, analisar em que termos se poderão responsabilizar os lares e seus funcionários, pela prática de maus tratos a idosos, de acordo com o nosso Código Penal. Será o nosso ordenamento jurídico suficiente para defender as pessoas idosas e os seus interesses, enquanto faixa etária cada vez mais crescente na nossa sociedade? É o que nos propomos analisar.

Palavras-chave: Idoso; lares; maus tratos.

Abstract

Older people, as a population group suffering from the most diverse weaknesses, do not find in our legal system a mention that addresses itself in a specific way. Fitting in concepts expressed by the law, namely by the Penal Code and, seeing their protected legal interest provided at the Constitution of the Portuguese Republic, there is no doubt that they deserve criminal protection. The situation of the elderly living in nursing homes is specific. It is important to analyze in what terms the homes and their employees can be held responsible for the practice of the elder maltreatment, in accordance with our Penal Code. Is our legal system sufficient to defend the elderly and their interests as an increasingly growing age in our society? This is what we propose to analyze.

Keywords: *Elderly; homes for the elderly; maltreatment.*

Índice

Introdução	10
1. Situação atual dos idosos no país	11
1.1. O envelhecimento demográfico.....	11
1.2. A discriminação da terceira idade.....	11
1.3. Enquadramento legal da situação do idoso	13
2. O problema: os maus tratos sobre idosos em lares.....	18
2.1. O bem jurídico tutelado pelo art.º 152.º-A CP	19
2.2. A especial relação entre vítima e agressor	20
2.3. Vítima especialmente vulnerável	22
2.4. Punição.....	25
2.5. Evolução Legislativa	29
2.6. Obstáculos à responsabilização criminal	33
3. Direito Comparado	34
4. Conclusões	38
Conclusão	46
Bibliografia.....	47
Materiais em suporte eletrónico	48
Jurisprudência	51

Lista de siglas e abreviaturas

AA.VV	Autores vários
Ac.	Acórdão
Al.	Alínea
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
AR	Assembleia da República
Art.º	Artigo
CC	Código Civil
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
Cit.	Citado
CNEVC	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
Consul.	Consultado
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
MP	Ministério Público
N.º	Número
OMS	Organização Mundial da Saúde
P(p)	Página(s)
PC	Pessoas Coletivas
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TEDH	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Introdução

O presente trabalho centrou-se no estudo dos maus tratos a idosos, perpetrados em lares destinados à sua residência. É inegável que a população idosa está cada vez mais presente na nossa sociedade. Como são inegáveis as fragilidades que advêm com o envelhecimento, e que, associadas à visão negativa generalizada pela sociedade em relação às pessoas mais velhas, leva à sua discriminação.

Discriminação que, posteriormente, se revela em atos de maus tratos ou de negligência, muitas vezes através de condutas por todos nós aceites como usuais, e praticadas por quem tem obrigação de cuidar delas.

Começaremos o presente trabalho com uma abordagem à situação atual dos idosos em Portugal, onde serão explanados o envelhecimento demográfico, a discriminação da terceira idade, bem como o enquadramento legal do idoso.

Só assim poderemos entrar naquilo que é o cerne deste estudo: os maus tratos sobre idosos em lares, onde será explicada a aplicação do art.º 152.º-A CP, bem como a responsabilização pelo cometimento deste facto ilícito.

De modo a proporcionar uma perspetiva daquilo que já foi feito para melhorar a situação atual dos idosos, mencionar-se-ão alguns projetos de leis e outras medidas desenvolvidas, observando a sua aplicação, ou não.

Serão apontados alguns motivos para a inexistência de jurisprudência relativamente a este crime e para o reduzido número de denúncias, evocando o contexto em que as vítimas se encontram.

Por fim, será feito um breve levantamento daquilo que está concretizado noutros ordenamentos jurídicos.

Pretende-se, com este estudo, alertar para a precária situação dos idosos no nosso país, fazendo com que ganhe relevância a nível legislativo, político e social. Todos nós precisamos de repensar sobre a visão que atribuímos às pessoas idosas.

1. Situação atual dos idosos no país

1.1. O envelhecimento demográfico

O conceito de envelhecimento demográfico desenvolve-se a partir de três faixas etárias. A primeira até aos 15 anos, a segunda entre os 15 e os 64 anos e, por último, a terceira que diz respeito à faixa etária superior a 65 anos. São categorias que dizem respeito às fases do ciclo da vida: a fase jovem, a ativa e a idosa. Ou seja, as pessoas consideram-se idosas a partir dos 65 anos, pelo menos em termos demográficos, por ser a idade tida como usual para a reforma.¹ Não obstante, não pode ser negado de que o envelhecimento é vivido de forma diferenciada de indivíduo para indivíduo, isto é, cada pessoa sente marcas de envelhecimento em diferentes idades.²

O fenómeno do envelhecimento demográfico assola todas as sociedades desenvolvidas. Portugal não escapa a essa realidade, tendo o índice de envelhecimento vindo a aumentar de ano para ano. Estamos a falar de uma percentagem de população com mais de 65 anos que passou de 27,5% em 1961, para 148,7% em 2016. Consequentemente, temos um número de idosos cada vez mais elevado em relação aos jovens existentes, o que implica às sociedades a necessária modificação de políticas de modo a salvaguardar este crescente número da população.³ Como causas para este envelhecimento apontam-se a redução da mortalidade e da fecundidade.⁴

Considerado um problema social, resta saber se esta conceção se deve apenas ao aumento da população idosa, ou então, se se deve ao papel que nós, enquanto sociedade, atribuímos àquela faixa etária.⁵

1.2. A discriminação da terceira idade

Existe um termo que traduz a discriminação contra as pessoas idosas: *ageism*⁶, que em português se traduz por *idadismo*. Indica, segundo Sibila Marques, as “atitudes e

¹ (Rosa, 2012, p. 23).

² É o denominado “envelhecimento biopsicológico” como trata (Rosa, 2012, p. 20).

³ Como demonstra tabela sobre o índice de envelhecimento, disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526> consult. em 18/04/2018.

⁴ Devidamente explanado em (Rosa, 2012, pp. 29-33)

⁵ (Rosa, 2012, p. 24)

⁶ O conceito foi utilizado pela primeira vez em 1969 para explicar as reações negativas que a construção de um empreendimento imobiliário para pessoas idosas suscitou, tendo-se chegado à conclusão que seriam

práticas generalizadas em relação aos indivíduos, baseadas somente numa característica – a idade”. Assim, o termo pode ser usado tanto nos casos em que a discriminação é feita em relação aos mais jovens, como para os casos em que o grupo afetado são as pessoas idosas, que parece ser o que mais acontece em Portugal.⁷ Considera a autora que as atitudes *idadistas*, quando praticadas contra pessoas idosas, assumem três componentes essenciais. Em primeiro lugar, associa-se o *idadismo* aos estereótipos atribuídos às pessoas idosas, quando percecionadas como grupo homogéneo que sofre de incapacidades e de doenças. A segunda componente essencial diz respeito aos preconceitos e sentimentos de desdém, de piedade, ou de paternalismo que se ligam ao envelhecimento. Por último, o *idadismo* preenche-se também com as atitudes propriamente ditas de discriminação, como os maus tratos.⁸ Para além dos maus tratos, existem outras atitudes discriminatórias não tão evidentes como o excesso de ajuda, que embora bem-intencionadas podem levar à dependência e à incapacidade. Temos, ainda, o difícil acesso a certos serviços que sofre a população mais envelhecida que traz como consequência a dificuldade em aceder à saúde⁹.

Os maus tratos às pessoas idosas, em inglês *elder maltreatment*, abarcam por isso uma multiplicidade de atitudes ditas *idadistas*. Segundo a OMS traduzem-se numa conduta ou omissão isolada ou repetida, praticada em relação de confiança e que tem como consequência o prejuízo, ou o mau estar da pessoa idosa.¹⁰

Estudos realizados demonstram que o *idadismo* é um problema grave e presente em Portugal, tendo em conta que 53% dos portugueses consideram a discriminação pela idade muito frequente e como um fenómeno que tem vindo a aumentar.¹¹ Muitos consideram mesmo a discriminação pela idade como a mais sentida pelos portugueses, mais do que a discriminação por sexo ou por etnia¹². Demonstrou-se que 20,8% das pessoas com 65 a 79 anos e 31,6% com idade superior a 80 anos já se sentiram discriminadas em razão da idade. Em relação à prática de maus tratos, insultos e recusa

motivadas pelas pessoas acreditarem que tal construção poderia diminuir o valor e o prestígio da vizinhança, apenas pela idade dos inquilinos. (Marques, 2011, p. 18).

⁷ (Marques, 2011, p. 18).

⁸ (Marques, 2011, pp. 18-19).

⁹ (Marques, 2011, p. 20).

¹⁰ (APAV, 2010). <http://apav.pt/idosos/index.php/manual-titono.consult>, consult. em 21/fev/2018.

¹¹ Comissão Europeia, “Special Eurobarometer 317”, *Discrimination in EU in 2009*, 2009. http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_317_en.pdf, consult. em 4/mai/2018.

¹² O *European Social Survey de 2009* relata que 17% dos portugueses consideram a idade a principal forma de discriminação, 13% consideram ser o sexo e 11% a etnia. *Cit. por* (Marques, 2011, pp. 19-20).

em serviços, 15,9% das pessoas com 65 a 79 anos e 26,8% com mais de 80 anos já foram vítimas desses atos. Percentagens semelhantes em relação aos mesmos dois grupos atrás mencionados no que diz respeito a pessoas que já foram tratadas com pouco respeito, que foram ignorados ou alvo de paternalismos (19,9% para as pessoas entre 65 a 79 anos e 30,6% nas pessoas com mais de 80 anos).¹³

A nível europeu, constatou-se que, aproximadamente 4 milhões de pessoas idosas terão sofrido maus tratos no período de 1 ano¹⁴. Conclusão que vem contrariar a ideia enraizada de que a população mais jovem é mais fácil de vitimizar do que as pessoas adultas. Existem riscos específicos que decorrem da especial dependência e vulnerabilidade deste grupo populacional, facilitando a prática de maus tratos e de negligência, seja por familiares, seja por funcionários dos lares, ou de outras instituições que prestam assistência.¹⁵

A violência contra as pessoas idosas enquanto fenómeno cada vez mais presente nas sociedades, deve-se às mudanças dos valores sociais e do estatuto da população mais velha. População que anteriormente gozava de reconhecimento social, respeito e poder pela sabedoria que lhe era atribuída pela sua experiência de vida.¹⁶

1.3. Enquadramento legal da situação do idoso

Em Portugal, apesar de já se ter por assente o envelhecimento demográfico como um fenómeno social, nunca se chegou a delinear uma política integrada que reconheça a necessidade de atualizar o nosso ordenamento jurídico, de maneira a proteger as pessoas idosas. Não há qualquer ligação nos diversos ramos de Direito, parecendo que a própria legislação ignora este problema, considerando Barroso que temos um conjunto de diplomas incoerente, medidas descoordenadas que não tutelam os direitos da população mais velha. Ignora-se a “mudança estrutural e irreversível da denominada sociedade

¹³ *European Social Survey de 2009, cit. por* (Marques, 2011, pp. 19-20).

¹⁴ OMS, *European Report on Preventing Elder Maltreatment*, 2011, Prefácio (vii). http://www.euro.who.int/data/assets/pdf_file/0010/144676/e95110.pdf, consult. em 24/abr/2018. Relatório dirigido à população europeia com mais de 60 anos e que se baseou em estimativas realizadas ao longo de 1 ano, com o objetivo de alertar para a presença dos maus tratos a idosos no continente europeu.

¹⁵ (Faria, *Os Maus Tratos Praticados Contra Idosos*, 2015, pp. 30-31).

¹⁶ (APAV, 2010, pp. 43-44). <http://apav.pt/idosos/index.php/manual-titono.consult>, consult. em 21/fev/2018.

grisalha”.¹⁷ Vamos, de seguida, analisar os normativos legais dirigidos às pessoas idosas nos vários diplomas.

Começando pela Constituição da República Portuguesa, consagra-se a proibição de discriminação no art.º 13.º CRP, normativo onde não se encontra expressa a discriminação em razão da idade. Tal acaba por ter consequências muito negativas para aquela faixa etária, como a liberalização de atitudes e práticas discriminatórias.¹⁸ O primeiro preceito legal a fazer menção expressa sobre a população idosa é o art.º 63.º CRP, onde se garante o direito à segurança social a todos os cidadãos, acautelando no seu n.º 3 a proteção desse direito nos casos de velhice.¹⁹ A expressão *Terceira Idade* foi adotada no art.º 67.º al. b) e no art.º 72.º, ambos da CRP. De acordo com aqueles preceitos, a política da terceira idade deverá ter como objetivo a garantia da segurança económica das pessoas idosas e a sua integração social. Estas disposições são criticadas, nomeadamente por Leal²⁰, apontando o facto de se colocar a política da terceira idade ao lado do desenvolvimento de uma rede nacional materno-infantil.²¹ Renato Barroso considera que este artigo dispõe de uma epígrafe desajustada e que invoca uma política que nunca chegou a ser criada.²² Paula Faria considera que, apesar da existência deste artigo, de já terem sido aprovadas medidas legislativas para a proteção de pessoas idosas e dependentes, e das várias recomendações europeias para a adoção de políticas de proteção dos direitos dos mais vulneráveis, o próprio legislador parece propiciar a discriminação contra a população envelhecida.²³ Orientações gerais que acabaram por não se mostrarem suficientes para uma expressão legislativa a nível nacional da tutela dos direitos das pessoas idosas.²⁴

¹⁷ (Barroso, 2014, pp. 117-118).

¹⁸ (Barroso, 2014, p. 120).

¹⁹ AA. VV – “Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990-2008)”, *análise social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, SciELO, jul. 2012. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732012000300005, consult. em 28/fev/2018.

²⁰ (Leal, 1998,) *cit. por* AA. VV – “Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990-2008)”, *análise social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, SciELO, jul. 2012. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732012000300005, consult. em 28/fev/2018. (p. 167)

²¹ AA. VV – “Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990-2008)”, *análise social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, SciELO, jul. 2012. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732012000300005, consult. em 28/fev/2018.

²² (Barroso, 2014, p. 118).

²³ (Faria, Os Maus Tratos Praticados Contra Idosos, 2015).

²⁴ CNECV, 80/CNECV/2014, *Parecer sobre as vulnerabilidades das pessoas idosas, em especial das que residem em instituições, memorando.*

Pode-se, ainda assim, concluir pelo merecimento de tutela penal quanto aos direitos das pessoas idosas, por estarem salvaguardados o princípio da dignidade da pessoa humana como princípio de natureza fundamental (art.º 1.º CRP), bem como a proteção à integridade física e moral das pessoas, independentemente das circunstâncias pessoais de cada indivíduo (art.º 25.º CRP).²⁵ Tais normativos, juntamente com a CEDH²⁶ e com a Carta Social Europeia, impõem o gozo dos direitos e liberdades. O art.º 14.º CEDH proíbe qualquer ato discriminatório. Apesar de não estar especificada a preocupação atinente às pessoas idosas neste último normativo legal, o TEDH já se pronunciou sobre este assunto e entende que o conceito de discriminação utilizado naquele artigo abarca a discriminação pela idade.²⁷ O art.º 23.º da Carta Social Europeia prevê o direito das pessoas idosas à proteção social, onde lhes é garantido nas situações em que residam em lares uma assistência adequada, através do respeito pela vida privada e da participação na determinação das condições de vida na instituição.²⁸

Ao nível do Direito Penal, quando o idoso é vítima, considera-se que há um maior desvalor social da conduta do agente, uma maior ilicitude e, por isso, uma agravção do juízo de censura sobre ele.²⁹ Na qualidade de sujeito passivo, a pessoa idosa poderá ser tida como pessoa particularmente indefesa em razão da idade. Assim, vamos começar por analisar em que normativos legais estão este grupo de pessoas consagradas, atento os arts.º 132.º, 152.º, 152.º-A, 155.º e 158.º, todos do CP. Esta especial vulnerabilidade é também fator agravante nos crimes contra o património, como consta dos arts.º 204.º n.º 1 al. d), e 218.º n.º 2 al. c), ambos do CP.

O primeiro artigo que faz referência a pessoas particularmente indefesas, no nosso CP, é o art.º 132.º n.º 2 al. c), que prevê o crime de homicídio qualificado. Dispõe este normativo, que é suscetível de revelar especial censurabilidade ou perversidade, a morte que for produzida contra pessoa particularmente indefesa, em razão, nomeadamente, da idade. O fundamento da vulnerabilidade em razão da idade constitui exemplo-padrão

http://www.cnecev.pt/admin/files/data/docs/1413212959_Parecer%2080%20CNECV%202014%20Aprova%20FINAL.pdf, consult. em 2/fev/2018 e também (Faria, Os Maus Tratos Praticados Contra Idosos, 2015).

²⁵ (Faria, Os Maus Tratos Praticados Contra Idosos, 2015).

²⁶ CEDH, disponível em https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf consult. a 5/mai/2018.

²⁷ (Faria, Os Maus Tratos Praticados Contra Idosos, 2015).

²⁸ Publicado in *Diário da República*, 1 – Série-A n.º 241 (17 Outubro 2001). http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/carta-social-europeia8496/downloadFile/file/STE_163.pdf?nocache=1200589188.48, consult. a 5/mai/2018.

²⁹ (Barroso, 2014, p. 121)

contemplado na alínea sua al. *c*). Neste caso, o agente tem de aproveitar a circunstância da vítima estar indefesa para cometer o homicídio.³⁰

O crime tipificado no art.º 152.º CP confere uma especial proteção aos cenários de intimidade familiar. Têm de estar em causa relações conjugais ou análogas, entre pais e filhos, ou relação de qualquer outra natureza, ligada ou não por vínculo de parentesco, desde que com a vítima coabite. O tipo incriminador revela-se, portanto, específico, exigindo especiais qualidades para o agente, as quais assentam numa relação específica perante a vítima. Consagra-se, neste caso, a possibilidade de aplicação de penas acessórias, o que permite uma censura acrescida sobre a prática do ato pelo agente e, em simultâneo, uma maior proteção da vítima.³¹

Quando os maus tratos contra os idosos sejam praticados em lar, por não existir relação familiar ou equiparada, nem coabitação, não integra esta conduta a previsão do art.º 152.º CP. A especial relação entre o agente e a vítima assenta noutras qualidades, previstas no art.º 152.º-A CP, onde se contempla a responsabilização criminal para a prática daqueles atos. Por ser o cerne da questão aqui em estudo, irá ser analisado mais adiante.

Temos ainda a agravção das molduras penais dos crimes previstos nos arts.º 153.º (crime de ameaça) e 154.º (crime de coação), ambos do CP, através da previsão do art.º 155.º CP. Agravção aplicada em situações que as condutas tipificadas naqueles tipos legais forem praticadas contra pessoa particularmente indefesa. Temos ainda o art.º 158.º CP onde se prevê o crime de sequestro, em que na sua al. *e*) do n.º 2, tutela também as pessoas particularmente indefesas, aumentando-se a moldura penal aplicável. Por fim, este desvalor da conduta do agente que depois se espelha numa maior responsabilização, está também previsto para os crimes contra o património. É o caso do crime de furto qualificado (art.º 204.º n.º 1 al. *d*) CP) e o crime de burla qualificada (art.º 218.º n.º 2 al. *c*) CP).

No que diz respeito ao Direito da Família e ao Direito Sucessório, consagram realidades já ultrapassadas. Estamos a falar de uma noção de família conservadora, ainda influenciada pela tradição judaico-cristã assente numa relação de lealdade e de cooperação entre descendentes e ascendentes, onde muito dificilmente se pode deserdar

³⁰ (Silva, 2017, p. 77)

³¹ (Silva, 2017, pp. 208-314)

um filho, mesmo que este não contribua para o bem-estar dos seus pais.³² Estão contemplados no Código Civil, os deveres de pais e filhos no art.º 1874.º CC e a obrigação de alimentos no art.º 2009.º CC.³³ Tutela ainda a incapacidade, prevendo os institutos de interdição (arts.º 138.º e ss CC) e de inabilitação (arts.º 152.º e ss CC) que, todavia, se mostram insuficientes no que toca às pessoas idosas.³⁴

Existe a possibilidade de manifestar, antecipadamente, o que se pretende ao nível cuidados de saúde a receber, ou não, através do testamento vital previsto na lei n.º 25/2012 de 16 de julho. Instrumento que acautela a situação em que o idoso já não consiga expressar de forma autónoma a sua vontade, no que diz respeito aos tratamentos a que se quer, ou não, sujeitar.

Ao nível do Direito do Trabalho, dá-se proteção à maternidade e à paternidade, mas parece desprezarem-se as situações em que os trabalhadores necessitam de prestar cuidados aos seus ascendentes. Há uma clara preferência normativa dos descendentes sobre os ascendentes, que beneficiam de uma tolerância que não existe quando a necessidade de prestar cuidados é devida aos ascendentes.³⁵

No Direito Fiscal, o Estado continua a privilegiar o internamento do idoso em instituições, através da sua relação com o contribuinte e dos benefícios fiscais. Com um apoio domiciliário que acarreta tantas ou mais despesas àquelas respostas, dificulta-se a escolha adequada, que é a de manter a pessoa idosa em sua casa.³⁶

O Novo Regime de Arrendamento Urbano acaba por ser mais prejudicial para as pessoas idosas do que o anterior, tendo em conta o aumento de renda e a possibilidade de alteração do contrato.³⁷

³² (Barroso, 2014, p. 125).

³³ Informação evidenciada no Projeto de lei n.º 744/XIII/3ª do CDS-PP, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=42083> e consult. em 28/02/2018.

³⁴ CNECV, 80/CNECV/2014, *Parecer sobre as vulnerabilidades das pessoas idosas, em especial das que residem em instituições, memorando*. http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1413212959_Parecer%2080%20CNECV%202014%20Aprova%20do%20FINAL.pdf, consult. em 2/fev/2018.

³⁵ (Barroso, 2014, p. 118).

³⁶ (Barroso, 2014, p. 118).

³⁷ (Barroso, 2014, p. 118).

2. O problema: os maus tratos sobre idosos em lares

Em Portugal, o crime de maus tratos surgiu pela primeira vez com o CP de 1982 sob a epígrafe de “maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges”.³⁸ Com o tempo, verificou-se ser necessária a punição criminal de maus tratos praticados contra pessoas idosas, pelo que a reforma penal de 1995 alargou o espectro dos sujeitos passivos, passando a contemplar “Quem, tendo a seu cuidado (...) pessoa diminuída por razão da idade, doença (...)” (art.º 152.º n.º1 CP de 1995). Esta reforma veio tentar dar resposta aos inúmeros casos de maus tratos físicos ou psíquicos contra idosos ou doentes, praticados muitas vezes nos lares de terceira idade.³⁹ Mas foi a revisão ao CP de 2007 a mais significativa, por ter dividido o art.º 152.º CP em três tipos legais distintos. Distingue-se agora as situações de violência domésticas no art.º 152.º CP, de maus tratos no art.º 152.º-A CP e de violência laboral no art.º 152.º-B CP. Hoje, é possível distinguir claramente o crime de violência doméstica com o crime de maus tratos, importando no último caso a relação institucional.⁴⁰ A revisão de 2007 veio igualmente trazer uma novidade importante no que diz respeito ao assunto aqui em estudo, que é a responsabilização das pessoas coletivas e equiparadas pelo crime de maus tratos.⁴¹

O conceito de maus tratos aqui tratado expressa uma conduta praticada contra pessoa idosa, que ocorre num contexto de confiança e viola os direitos humanos. Abarca os mais variados tipos de maus tratos: físico, material, psicológico e negligência.⁴² Para Teresa Magalhães, mau trato é “qualquer forma de comportamento lesivo físico ou emocional não accidental e inadequado, resultante de disfunções e ou carências nas relações entre a vítima e o agressor, que surge numa relação de confiança e ou de responsabilidade, assente em comportamentos ativos ou passivos geralmente reiterados”.⁴³

Do normativo legal retiram-se, desde logo, alguns requisitos para a sua aplicação neste contexto: o facto de o ato ter de se traduzir num mau trato, seja ele físico ou psíquico, dando como exemplos os castigos corporais, as privações de liberdade e o tratamento

³⁸ (Carvalho, nótula antes do art. 152.º, 2012) (dir.) por Jorge de Figueiredo Dias.

³⁹ (Carvalho, nótula antes do art. 152.º, 2012) (dir.) por Jorge de Figueiredo Dias.

⁴⁰ (Carvalho, Artigo 152.º-A, 2012) (dir.) por Jorge de Figueiredo Dias.

⁴¹ (Carvalho, Artigo 152.º-A, 2012) (dir.) por Jorge de Figueiredo Dias.

⁴² Silva, Isabel – “Envelhecimento e Violência contra os idosos”, *s.l., s.d., s.n.*, (pp. 249-273) <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3731.pdf>, consult. em 4/jan/2018. Alerta a autora para o facto de ainda não estar consagrado entre nós um conceito único para definir os maus tratos a idosos, nem haver muitos estudos sobre a cometimento destes atos.

⁴³ *Cit. por* (Silva, 2017, p. 302 e 303).

cruel; a pessoa que praticou o ato ser cuidadora do idoso; e por último, a vítima tratar-se de uma pessoa particularmente indefesa em razão da idade. Vamos então analisar cada um dos requisitos e tentar perceber como é que se deixam enquadrar pelas condutas e circunstâncias aqui em causa.

2.1. O bem jurídico tutelado pelo art.º 152.º-A CP

O bem jurídico tutelado por este tipo legal é a integridade física da pessoa humana.⁴⁴ Este bem jurídico já sofreu uma evolução terminológica, passando de “ofensa corporal” prevista no CP de 1886, para “integridade física”, termo ainda hoje usado, para que se tornasse mais abrangente e pudesse consagrar, além do bem-estar corporal, a saúde física e psíquica. A OMS define saúde como “um estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade”.⁴⁵ Obrigatório é que o dano causado pela conduta seja suficientemente expressivo para assumir relevância.⁴⁶

São maus tratos físicos, nomeadamente, os comportamentos que se traduzem em sobrecarga física, agressões graves ou reiteradas. Relativamente aos maus tratos psíquicos, Paulo Pinto de Albuquerque alerta tratarem-se de condutas que, apesar de poderem ser praticadas de forma mais intensa e mais grave, são difíceis de serem detetadas ou de serem provadas, o que não significa, no entanto, que sejam menos gravosas para a vítima. Exemplifica com humilhações frequentes, ofensas à honra, e situações que criam permanentemente medo, causando à vítima um constante estado de perturbação psíquica e mental.⁴⁷ O art.º 152.º-A CP autonomiza ainda outros comportamentos suscetíveis de integrarem o crime, que são os castigos corporais, as privações de liberdade, as ofensas sexuais e o tratamento cruel.⁴⁸

Para além de proteger a integridade física, o tipo legal tutela ainda a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual e a honra.⁴⁹ Pode-se falar, no fundo, de

⁴⁴ Bem jurídico que tem relevância constitucional, uma vez que o direito à integridade moral e física está consagrado no art.º 25.º CRP.

⁴⁵ (Silva, 2017, p. 233).

⁴⁶ (Silva, 2017, p. 235).

⁴⁷ (Albuquerque P. P., Artigo 152.º-A, 2015).

⁴⁸ (Silva, 2017, pp. 314-317).

⁴⁹ (Albuquerque P. P., Artigo 152.º-A, 2015).

uma tutela à integridade pessoal, por este conceito já abranger uma dimensão sentimental do afeto e da confiança.⁵⁰

A APAV fez já uma listagem de exemplos de maus tratos suscetíveis de se verificarem em lares da terceira idade.⁵¹ Divide as práticas pelo tipo de direitos violados: ao nível da alimentação e bebida, exemplificando o “não oferecer variedade na comida e na bebida”; ao nível do vestuário, o vestir os idosos com roupas de pessoas já falecidas; ao nível do confinamento, fechando as portas do centro para que as pessoas idosas não possam sair; ao nível da restrição sensorial, não permitindo por exemplo a privacidade das pessoas idosas; ao nível da supervisão técnica, permitindo nomeadamente que o regulamento do centro não seja cumprido; ao nível das amenidades, tendo divisões demasiado frias ou quentes; ao nível da segurança por ter um equipamento elétrico degradado; ao nível da privacidade, não permitindo que estejam a sós com os seus familiares; ao nível da higiene pessoal, deixando as pessoas sujas durante elevado tempo; ao nível do tratamento do corpo vestindo-as de forma bruta, empurrando-as, entre outros; ao nível do respeito pela sexualidade da pessoa idosa, não respeitando o pudor e os valores morais de cada pessoa; ao nível da comunicação, quando mentem e causam intrigas entre pessoas; da gestão patrimonial, cobrindo dinheiro por despesas obrigatórias, por exemplo.

Condutas estas que na sua maioria não integram o crime de ofensa à integridade física ou psíquica previsto no art.º 143.º e no art.º 144.º, ambos do CP, mas que merecem tutela penal e por isso integram o crime de maus tratos previsto no art.º 152.º-A CP.

2.2. A especial relação entre vítima e agressor

Trata-se de uma relação de subordinação da vítima em relação ao agente no plano assistencial, educativo ou laboral.⁵² Protege-se a relação de dependência ou de subordinação que liga o agente, pela função por ele assumida de garante e de supremacia, em relação à vítima, pela fragilidade e dependência em que se encontra. Relação esta verificada por parte de quem trabalha nos lares com os idosos que lá residem.⁵³

⁵⁰ (Albuquerque & Paz, 2016)

⁵¹ (APAV, 2010). <http://apav.pt/idosos/index.php/manual-titono.consult>, consult. em 21/02/2018.

⁵² (Carvalho, nótula antes do art. 152.º, 2012) (dir.) por Jorge de Figueiredo Dias. O conceito desta relação no âmbito do DP decorre “do exercício de uma função em que o agente atua com poderes de ordenação (no sentido de direção fáctica) da conduta da vítima.” (Albuquerque P. P., Artigo 163.º, 2015) anotação 16.

⁵³ (Silva, 2017, pp. 314-317).

A gravidade exigida nos comportamentos para integrarem o crime previsto no art.º 152.º-A CP, verifica-se pela especial violação do dever de garante incumbido ao agente. Estão em causa os casos em que o agente tinha obrigação de atuar sobre outra pessoa de modo a prestar-lhe proteção, auxílio e cooperação, mas, ao invés, comete sobre essa pessoa um ato que lesa a sua integridade física de forma significativa. O juízo de gravidade assenta, por isso, na especial relação entre agente e vítima onde se acrescenta à obrigação de garante uma posição de supremacia sobre a vítima pelas condições em que se encontra.⁵⁴

Trata-se de um crime específico, devido à exigência destas qualidades especiais do agente e da sua relação especial perante a vítima.⁵⁵ Pode-se tratar de um crime específico próprio nos casos em que esta relação é o fundamento do próprio ilícito, isto é, nos casos em que as condutas não são em si mesmas consideradas como criminosas. Ou impróprio, nas situações em que a relação apenas agrava o ilícito, por exemplo nas “privações de liberdade”, por já constituírem crimes ainda que não exista esta relação.⁵⁶

Esta especial relação pode-se comunicar aos participantes que a não possuam nos termos do art.º 28.º CP. É esse o entendimento de Figueiredo Dias e de Silva Dias. Mas tal entendimento não é consensual, diferindo nomeadamente Taipa de Carvalho, entendendo que “a relação entre a vítima e o agente não se comunica por a intenção do legislador ter sido a de reagir especificadamente aos comportamentos entre as pessoas com os deveres tipificados (...)”.⁵⁷

Esta especial relação não se assemelha, no entanto, às circunstâncias que se exigem para qualificar um homicídio praticado contra pessoa especialmente vulnerável em razão da idade, previsto no art.º 132.º n.º c). Neste último caso, o agente tem de se aproveitar da fragilidade da vítima, por se exigir no tipo legal uma especial censurabilidade e perversidade. É esse o entendimento jurisprudencial, nomeadamente do STJ, no seu ac. de 18 de março de 2015.⁵⁸ Estes dois critérios, não estão tipificados no art.º 152.º-A CP, não se exigindo a sua verificação, mas apenas a especial relação entre o

⁵⁴ (Silva, 2017, p. 302 e 303).

⁵⁵ (Silva, 2017, pp. 314-317).

⁵⁶ (Albuquerque P. P., Artigo 152.º-A, 2015).

⁵⁷ (Albuquerque P. P., Artigo 152.º-A, 2015).

⁵⁸ Ac. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/69f7ad0ea68b13c280257e0e00370c4d?OpenDocument&Highlight=0,pessoa,particularmente, indefesa,em,raz%C3%A3o,da,idade>, consult. em 25/fev/2018.

agente e vítima. De qualquer forma, a nosso ver, alguém a quem se incumbe um dever de garante e pratica maus tratos sobre a pessoa a quem está obrigado de cuidar, mostraria sempre uma especial censurabilidade. Mas, felizmente, o tipo legal não deixa mais margens para dúvidas, facilitando a tarefa de quem aplica o Direito.

Não obstante o papel primordial que o prestador de cuidados desempenha nos lares, através da sua função e na deteção da *vitimização*, pela relação próxima que detém sobre o idoso, muitos destes profissionais não têm formação adequada. Tal leva a que o trabalho seja rudimentar, improvisado e realizado de forma insensível.⁵⁹ No regulamento da Segurança Social⁶⁰, onde se contemplam condições para os lares de idosos, observa-se logo os baixos requisitos quanto à formação destes profissionais. Exigem-se apenas a idade mínima de 18 anos e a escolaridade mínima obrigatória. Referem que se deve ter em conta a experiência profissional e a formação para com os idosos, não sendo, porém, critério obrigatório. Bem como não é obrigatório a participação em formações úteis ao desempenho das suas funções. E para além da falta de formação profissional, há a elevada carga de trabalho. Estamos a falar de um auxiliar técnico para 8 idosos durante o dia, e para 20 no período noturno. De 1 enfermeiro por cada 40 utentes. A isto soma-se os baixos rendimentos e o elevado horário de trabalho que sofrem estes auxiliares. Não concordamos que estes requisitos sejam suficientes “para assegurar níveis adequados de qualidade no funcionamento do lar”.

2.3. Vítima especialmente vulnerável

O CNECV considera o enquadramento legal insuficiente para a proteção dos direitos e das vulnerabilidades que advêm do envelhecimento, isto para a generalidade dos idosos, e distingue a situação do idoso residente em lar, como uma situação específica.⁶¹ É necessária e adequada uma proteção especial e acrescida dos direitos dos idosos que se encontrem a residir em lares. Proteção esta que terá de se equilibrar sempre entre a tutela da autonomia e o auxílio, o respeito pela liberdade e a vontade de se isolar,

⁵⁹ (APAV, 2010, p. 101 e 102). <http://apav.pt/idosos/index.php/manual-titono>, consult. em 21/fev/2018.

⁶⁰ Direção-Geral da Ação Social, *Lar para Idosos*, Lis., Dez. 1996. http://www.seg-social.pt/documents/10152/51499/Lar_idosos/573aed6a-0b92-4b99-9f75-d0ce46359b0b, consult. em 16/abr/2018.

⁶¹ CNECV, 80/CNECV/2014, *Parecer sobre as vulnerabilidades das pessoas idosas, em especial das que residem em instituições, memorando*. http://www.cnecv.pt/admin/files/data/docs/1413212959_Parecer%2080%20CNECV%202014%20Aprova%20FINAL.pdf, consult. em 2/fev/2018 e também (Faria, 2015).

bem como o respeito pela privacidade e o incentivo a participar nas atividades coletivas. São exigências éticas específicas de quem acompanha e presta cuidado a idosos que residem em lares. Neste momento, o que o nosso ordenamento jurídico prevê é o conceito de vítima especialmente vulnerável em razão da idade, onde se poderão integrar as pessoas idosas.

Pessoas especialmente vulneráveis em razão da idade, são as que se encontram numa situação de especial fragilidade devido à sua idade precoce ou avançada⁶². São consideradas vítimas de maus tratos as pessoas que estão sob orientação do agressor, por se encontrarem especialmente desprotegidas, ou indefesas, face à atuação do agente em razão da idade. Autonomiza-se, assim, as relações entre quem tem ao seu encargo outra pessoa que se encontra em estado de especial fragilidade e, por isso, merece que se salvguarde em especial o seu interesse, quando a outra pessoa viola a sua obrigação e aproveita-se da situação da vítima.⁶³

Em termos práticos, como se aplica o critério da especial vulnerabilidade? Na impossibilidade de encontrar um acórdão que refletisse a realidade dos maus tratos a idosos em lares, serão usados outros, em que também se prevê a especial vulnerabilidade em razão da idade. Começamos pelo ac. do STJ de 26 de novembro de 2016, onde está em causa o crime de homicídio qualificado previsto e punido pelo art.º 132.º CP. Deste ac. retira-se que entra nesse conceito quem “em razão da idade (...), não tem capacidade de movimentos, destreza ou discernimento para tomar conta de si e, logo, para verdadeiramente se defender de uma agressão, encontrando-se numa situação de completa ausência de defesa.”⁶⁴ Mas diz-nos este mesmo acórdão que a vítima de 75 anos, não pode ser considerada como pessoa particularmente indefesa, por ser autónoma e ter conseguido oferecer resistência ao arguido. Defende-se que não é por haver uma “superioridade em razão da idade que se pode inserir a vítima em pessoa particularmente indefesa em razão da idade”. Exige-se uma atitude mais distanciada dos valores, considerando o STJ que naquela situação, a avançada idade não vai para além de uma agravante de carácter geral.

⁶² (Albuquerque P. P., Artigo 152.º-A, 2015).

⁶³ (Silva, 2017, pp. 314-317).

⁶⁴ Ac. disponível em <http://www.gde.mj.pt/jstj.nsf/954f0cce6ad9dd8b980256b5f003fa814/2e9792602226c75b80257f310057019f?OpenDocument>, consult. em 3/mai/2018.

No ac. de 25 de março de 2015, diz-nos o STJ que a vítima é uma pessoa especialmente indefesa “não só pela avançada idade, como sobretudo pela doença de que sofria e pela situação de internamento no hospital, que a fazia depender em absoluto de terceiros para todos os cuidados e que a punha à mercê de qualquer pessoa”⁶⁵. À semelhança do primeiro ac. referido, está em causa o crime de homicídio qualificado, desta vez na forma tentada, em que a agente administrou sucessivamente à vítima, seu cônjuge, raticidas e rodenticidas.

Na nossa opinião, os idosos que residem em lar preenchem automaticamente aquele conceito de pessoa especialmente vulnerável contemplado no CP. Desde logo, os idosos naquele contexto estão numa situação em que o seu discernimento e/ou a sua capacidade para cuidar de si não estará em pleno, caso contrário não iriam deixar as suas casas, preenchendo o que nos diz o primeiro critério do acórdão citado – a falta de discernimento para tomar conta de si. Ainda em relação ao primeiro acórdão e por uma interpretação *a contrario*, a pessoa idosa que more num lar nunca será totalmente autónoma, uma vez que as suas rotinas, as suas atividades são estabelecidas por outras pessoas. Têm de se submeter aos horários predefinidos e, em muitos casos, os seus poderes de decisão são muito reduzidos pois os próprios funcionários tendem a não respeitar a sua autonomia, através da infantilização e do paternalismo com que a eles se dirigem. Ainda que a pessoa idosa, apesar de estar a residir num lar, se encontre perfeitamente capaz de tratar de si, nunca será verdadeiramente autónoma, por tudo o que já foi referido e pelo simples facto de não estar no seu meio habitual. Este conjunto de fatores levam a que aquele pressuposto de dependência referido pelo STJ nos seus dois acórdãos se encontre desde logo e, automaticamente, preenchido no caso específico dos idosos residentes em lares.

O nosso ordenamento jurídico consagrou o Estatuto da Vítima, na lei n.º 130/2015, de 4 de setembro. Nesse mesmo diploma, atribui-se o estatuto da vítima especialmente vulnerável nos termos do art.º 20.º da lei n.º 130/2015. À vítima considerada como especialmente vulnerável é-lhe concedido uma série de direitos previstos no art.º 21.º do mesmo diploma legal, de forma a garantir a salvaguarda do seu bem-estar na tramitação do processo penal. O próprio CPP consagra um normativo para a vítima, no art.º 67.º-A

⁶⁵ Ac. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/5ef1b7e08b5ca9fb80257e1400417908?OpenDocument&Highlight=0,pessoa,particularmente,indefesa,em,raz%C3%A3o,da,idade>, consult. em 22/fev/2018.

CPP que, na sua al. *b*) do n.º 1 define qual a vítima que pode ser definida como especialmente vulnerável pela sua fragilidade resultante, nomeadamente, da sua idade.

2.4. Punição

O ponto de partida para a responsabilidade penal de quem maltrata um idoso residente em lar está no art.º 152.º-A CP, o qual exige dolo por parte de quem pratique aquele ato tipificado.⁶⁶ O dolo verifica-se quando se preenchem os seus elementos intelectual e volitivo. O elemento intelectual consiste no agente conhecer todos os elementos ou circunstâncias que constituem o tipo de ilícito objetivo.⁶⁷ No caso do art.º 152.º-A, exige-se que o agente conheça a identidade da vítima.⁶⁸ Já o elemento volitivo afirma-se quando ao conhecimento dos elementos ou das circunstâncias, se junte a vontade ou a conformação com a realização do facto típico por parte do agente.

Nos termos do art.º 10.º CP, admite-se a punição de quem pratique o ato por omissão, distinguindo-se entre dois tipos de omissão. Omissão enquanto conduta que leva à materialização do crime de maus tratos, e aquela que imputa o crime de maus tratos a quem tem o dever jurídico de garante sobre a vítima e nada faz para impedir que outra pessoa pratique atos de maus tratos. Para haver responsabilidade jurídico-penal pelo resultado provindo de uma omissão, é necessário estarmos perante um concreto tipo legal de crime e o agente estar vinculado a um “dever jurídico específico de ação”.⁶⁹ Só alguns agentes são suscetíveis de serem responsabilizados pela comissão por omissão, uma vez que nem toda a gente está juridicamente obrigada a salvaguardar a vida de outras pessoas.⁷⁰ Agentes que estarão vinculados ao dever de garante, por existir entre ele e a vítima uma situação real de dependência. No caso de maus tratos a idosos em lares, o fundamento para a posição de garante baseia-se na assunção de funções de guarda e assistência por parte do agente, que tem de garantir a não verificação de resultados típicos que lesem bens jurídicos dos utentes do lar.⁷¹

Existem três categorias de responsáveis penais neste tipo legal. Em primeiro lugar, temos o agente que no âmbito funcional da pessoa coletiva comete diretamente o crime.

⁶⁶ (Albuquerque P. P., Artigo 152.º-A, 2015).

⁶⁷ (Carvalho, Direito Penal, Parte Geral - Questões Fundamentais, Teoria Geral do Crime, 2016, p. 328)

⁶⁸ (Albuquerque P. P., Artigo 152.º-A, 2015)

⁶⁹ (Faria, 2017, p. 148 e 149)

⁷⁰ (Faria, 2017, p. 151).

⁷¹ (Dias, 2007, pp. 939-943).

Em segundo, o agente que está num cargo hierárquico-funcional de vigilância sobre quem praticou o ato, uma vez que sobre ele recai o dever jurídico de garante da não ocorrência de maus tratos previsto no art.º 10.º, n.º 2 CP. Por último, pode ser responsável a pessoa coletiva. Pode acontecer serem consideradas as 3 categorias como culpadas e atribuída a consequente responsabilidade penal.

Admite-se responsabilização das pessoas coletivas e equiparadas pelo crime de maus tratos, nos casos em que o agente se encontra numa posição de subordinação em relação à pessoa coletiva, tendo esta uma posição de liderança e de autoridade.⁷² Ora, tal situação enquadra na realidade dos lares de idosos, quando esta instituição viole os deveres de vigilância ou de controlo a que está obrigada.⁷³ Responsabilização que se tornou necessária exatamente pelo crescente número de idosos a recorrerem a estas instituições, tornando-as propícias à verificação do crime aqui em causa.⁷⁴ Apurando-se a responsabilidade criminal da PC, aplicam-se as penas dos arts.º 90.º-A e ss CP. O art.º 90.º-A CP, prevê a aplicação das penas principais de multa e de dissolução no seu n.º 1 e as penas acessórias de injunção judiciária, de interdição do exercício da atividade, de proibição de celebrar certos contratos ou contrato com determinadas entidades, de privação do direito a subsídios, subvenções ou incentivos, de encerramento de estabelecimento e ainda de publicidade da decisão condenatória (alíneas *a*) a *f*) do n.º 2 do 90.º-A CP).

No caso de o dolo se verificar por parte de quem desempenha a função de vigilância sobre o agente que praticou o ato, aplica-se a pena prevista no art.º 152.º-A n.º 1 CP, a qual pode ser atenuada em concordância com o disposto no art.º 10.º n.º 3 CP. Neste caso, não sobram dúvidas quanto à sua punição. Diferente será quando o superior atua com negligência. Para o crime de omissão poder ser punido a título negligente, é necessário equiparar à omissão a ação e estar estipulado no normativo legal a possibilidade da sua prática negligente, o que não sucede neste caso.⁷⁵ A prática de um facto ilícito a título negligente traduz-se na violação do dever de cuidado a que o agente está obrigado segundo a padrão médio da sua atividade⁷⁶, que no presente contexto se

⁷² Requisitos previstos no art.º 11.º n.º 2 als. *a*) e *b*) CP.

⁷³ (Carvalho, Artigo 152.º-A, 2012).

⁷⁴ (Albuquerque & Paz, 2016) e (Faria, Formas Especiais do Crime, 2017).

⁷⁵ (Faria, Formas Especiais do Crime, 2017, p. 134).

⁷⁶ O art.º 15.º CP prevê em que termos se verifica ter havido negligência por quem praticou determinado ato.

pode consubstanciar pelo conhecimento ou do não impedimento da prática de maus tratos, ou da sua continuação por quem está hierarquicamente abaixo de si.⁷⁷

O art.º 11.º n.º 2 al. b) CP, admite responsabilização da PC, mesmo nos casos em que o incumprimento do dever de vigilância da pessoa individual que desempenha função de liderança na pessoa coletiva seja negligente. Ou seja, mesmo nas situações em que não teve conhecimentos de que os maus tratos foram perpetrados devido ao seu incumprimento, imputa responsabilidade na PC. E se a PC pode ser responsabilizada por comportamentos negligentes de quem tem posição de liderança, poder-se-ia atribuir igualmente responsabilidade criminal por negligência às pessoas que tenham dever de vigilância sobre quem cometeu os atos. Ora, daqui resulta a questão de saber qual a pena aplicável a título de omissão por negligência, conhecendo de antemão que não se poderá aplicar a pena prevista no art.º 152.º-A nº 1 CP pela sua exigência de dolo. Uma solução possível seria a aplicação de uma das penas previstas para a PC nos arts.º 90.º e ss ao agente omitente. No entanto, deveria adequar-se a pena à natureza individual do agente. Porém, esta é uma solução apenas possível do ponto de vista político-criminal, pela necessidade de tutela das consequências por maus tratos resultantes da negligência de quem detinha dever jurídico de garante. É, no entanto, uma solução que deve ser excluída segundo Taipa de Carvalho pela violação do princípio “*nullum crimen sine poena certa*”.⁷⁸

Quanto aos funcionários dos lares, eles também estão vinculados a certas condutas através de regulamentos⁷⁹, para além do regulamento que cada instituição tem. O funcionário que praticar mau trato a idoso, pode ser punido pelo art.º 152.º-A CP, assim como pode, se tiver atuado a título negligente, ser responsabilizado pela prática do crime de ofensas à integridade física negligente do art.º 148.º CP. Isto porque, violando o dever de cuidado a que estão obrigados segundo o padrão médio da sua atividade ou as regras do setor por falta de destreza, de atenção ou de capacidade, conclui-se pela prática de um facto ilícito.⁸⁰ No crime de ofensas corporais, o que se pune não é a ação imprudente em

⁷⁷ (Faria, 2017, p. 134).

⁷⁸ (Carvalho, Artigo 152.º-A, 2012), anotação § 25.

⁷⁹ CNIS, Regulamento Interno de Funcionamento Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. <http://humanitas.org.pt/wp-content/uploads/2014/06/ERPI-RI-e-CPS-31-03-2015.pdf>; Direção-Geral da Ação Social, *Lar para Idosos*, Lis., Dez. 1996. http://www.seg-social.pt/documents/10152/51499/Lar_idosos/573aed6a-0b92-4b99-9f75-d0ce46359b0b; Portaria n.º 67/2012, de 21 de março, que veio uniformizar toda a legislação existente acerca dos lares residenciais para idosos, consult. em 16/abr/2018.

⁸⁰ (Faria, 2017, p. 87)

si mesma, mas o facto de, através dela, se ter provocado um resultado na vítima. Pode-se dizer que existem setores e atividades propícios à aplicação da responsabilidade negligente, por haver face ao agente um dever de agir com cuidado.⁸¹ A incriminação da negligência está associada a uma necessidade social, que tem em conta a dignidade dos bens jurídicos ameaçados e a dimensão do risco gerado pelas sociedades modernas. Exige ao aplicador de direito uma ponderação de regras de condutas, de comportamentos e de circunstâncias, levando a que a aplicação de direito se torne pouco precisa, o que justifica as preocupações com o cumprimento do princípio da legalidade neste domínio.⁸²

Considera Paula Faria, nos casos em que o dano resulta de uma má escolha dos profissionais cuidadores das pessoas internadas, ou do não cumprimento de condições de higiene ou de alojamento, se justificaria o reconhecimento pela lei de formas de “culpa funcional”, “direta”, da pessoa coletiva, independente da culpa de quem as escolheu.⁸³ Seria como que equiparar ao que já sucede no âmbito da Lei da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado, onde a pessoa coletiva responde pela violação dos seus deveres de cuidado na medida do objetivamente exigível.⁸⁴

Certo é que a categoria que mais facilmente se deixará enquadrar na responsabilidade criminal tal como ela está prevista, será a do abuso individual, que consiste no cometimento do crime pelo funcionário do lar.⁸⁵

Quanto à exclusão da tipicidade, de forma a não haver responsabilidade penal, Paulo Pinto de Albuquerque considera o consentimento da vítima admissível, nos termos gerais, desde que a liberdade da vítima não seja prejudicada pela posição ou dependência em relação ao agente.⁸⁶ Já Taipa de Carvalho considera que, no que diz respeito às pessoas idosas que estejam a residir em lares, “parece dever ter-se por manifesto que nunca, sejam quais forem as motivações, tais castigos deverão considerar-se justificados.”⁸⁷

Existe uma relação de concurso entre o art.º 152.º-A CP com os restantes tipos de ofensas à integridade física. Em relação ao art.º 143.º CP, nos casos em que os maus tratos traduzam ofensas causadas na integridade física, a relação existente é de especialidade. O

⁸¹ (Silva, 2017, pp. 259-261).

⁸² (Faria, 2017).

⁸³ Diferentemente daquilo que é exigido no art.º 11.º, n.º 2 al. a) e b) CP.

⁸⁴ (Faria, 2015, pp. 31-33).

⁸⁵ (Faria, 2015, p. 33 e 34).

⁸⁶ (Albuquerque P. P., Artigo 152.º-A, 2015).

⁸⁷ (Carvalho, Artigo 152.º-A, 2012), anotação § 12.

art.º 152.º-A CP consagra elementos especializadores, nomeadamente a necessidade de se verificarem características do agente e da vítima, e das circunstâncias em que os maus tratos são infligidos nas vítimas, fatores que atribuem caráter de maior gravidade ao comportamento do agente. Tal relação já não se afigura nos casos em que as ofensas estejam tipificadas no âmbito do art.º 144.º CP, pois os tipos de crime de maus tratos não preveem o resultado ofensa grave, devendo o agente ser punido pelo crime mais grave, que acaba por se encontrar numa relação de subsidiariedade em relação aos vários crimes de maus tratos.⁸⁸

É importante evidenciar que a criminalização deste tipo de comportamentos é fundamental, por muitas condutas não se deixarem enquadrar em mais nenhum tipo legal, nomeadamente no de ofensas à integridade física simples previsto no art.º 143.º CP, o que impossibilitaria a sua responsabilização.⁸⁹

Como se procede à denúncia de irregularidades verificadas em lares? Primeiro, importa evidenciar que qualquer pessoa que suspeite da qualidade dos serviços e/ou que determinada resposta social é fornecida ilegalmente, tem o dever de denunciar. Esta denúncia pode ser enviada ao Centro Distrital de Segurança Social com uma exposição o mais detalhada possível da situação. No caso de o Centro Distrital de Segurança Social não responder no prazo de 30 dias, deve-se proceder à queixa dirigida ao Provedor de Justiça. Em relação à prática de maus tratos propriamente dita, como se trata de um crime de natureza pública, qualquer pessoa pode proceder à sua denúncia. Existe uma obrigatoriedade de denúncia para os funcionários, nos termos do art.º 242.º, n.º 1 al. b) CPP e art.º 386.º CP.⁹⁰

2.5. Evolução Legislativa

Os maus tratos a idosos começam a ter expressão nas medidas políticas nacionais. Têm-se verificado algumas alterações benéficas, mas, o que predomina são as tentativas de mudança no que concerne os idosos e os seus direitos, continuando a faltar uma efetiva alteração do seu papel no ordenamento jurídico português.

⁸⁸ (Silva, 2017, pp. 310-320).

⁸⁹ (Carvalho, nótula antes do art. 152.º, 2012).

⁹⁰ (APAV, 2010, p. até 99). <http://apav.pt/idosos/index.php/manual-titono>, consult. em 21/fev/2018.

Foi consagrado um diploma onde se estabelecem as regras de organização, funcionamento e implementação dos lares, através da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março⁹¹, de modo a uniformizar a legislação existente até à altura. A avaliação aos lares e a fiscalização pelo respeito das normas previstas neste diploma legal é da competência dos serviços competentes do Instituto da Segurança Social, nos termos do art.º 19.º da Portaria n.º 67/2012.

Quanto ao CP, por diversas vezes tem-se vindo tentar alterar a falta de menção expressa dos idosos, de modo a que se criasse uma política onde os seus interesses fossem efetivamente tutelados.

Têm vindo a ser apresentados vários projetos de lei, no sentido de se aditar ao CP um artigo com a epígrafe “A ofensa a Pessoa Idosa”,⁹² ou “Ofensas a Vítima Especialmente Vulnerável”⁹³, de forma a que fossem criminalizadas um conjunto de condutas que violam os direitos da pessoa idosa. No que concerne aos idosos residentes em lares, visava-se criar uma punição para os lares que se recusassem a aceitar a integração ou permanência de pessoa particularmente vulnerável em razão da idade, por não ter aceite passar procuração a conceder poderes à instituição para gerir o seu património.

Respeitante ao testamento vital, instituto já anteriormente referido, contemplado na lei n.º 25/2012 de 16 de julho, já foi apresentada uma proposta para a sua alteração, com o intuito de alargar a sua dimensão ao planeamento da velhice, deixando de apenas abranger questões relativas à saúde.⁹⁴ Assim, conseguir-se-ia uma maior salvaguarda da vontade da pessoa idosa no que diz respeito aos serviços que pretende receber, no caso de já não conseguir expressar a sua vontade. Para tal, propõe-se que se inclua na presente lei o consentimento informado para a prestação de cuidados de saúde e sociais,

⁹¹ Portaria n.º 67/2012, in *Diário da República*, n.º 58/2012, Série I (21 março 2012). https://dre.pt/pesquisa/-/search/553657/details/normal?p_p_auth=WDp2lvTk, consult. em 7/mar/2018.

⁹² Projeto de lei n.º 746/XIII/3ª, que visou alterar os arts. 11.º, 184.º, 218.º e 250.º CP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e adita-lhe o artigo 210.º-A; e Projeto de lei 62/XIII apresentado em 2015, disponíveis em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42083> e consultados em 28/fev/2018.

⁹³ Projeto de lei n.º 749/XIII/3ª disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42083> e consult. em 28/fev/2018.

⁹⁴ Projeto de lei n.º 745/XIII/3ª apresentado pelo CDS-PP disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42083>, consult. em 28/fev/2018.

nomeadamente para a prestação de cuidados de apoio domiciliário, a escolha de estruturas residenciais para pessoas idosas.

Para além destas medidas, outras se têm vindo a desenvolver, também no sentido de se alertar para a necessidade de uma revisão aos quadros jurídicos, de forma a promover os direitos dos idosos e reagir à sua violação. Temos, por exemplo, a medida desenvolvida pela Procuradoria-Geral da República que definiu como um dos objetivos estratégicos do MP para o triénio 2015-2018 a promoção e proteção dos direitos dos idosos. Alerta-se aqui para os desafios colocados face ao MP para que se conjugue à reação penal a instauração de outras providências, nomeadamente de natureza cível.⁹⁵

A dificuldade em alterar a legislação relativa aos idosos e seus direitos, será sempre a preocupação subjacente em não se poder confundir a situação dos idosos com a dos incapazes. Diz-nos o CNECV que “a deficiência é uma vulnerabilidade, mas nem todas as vulnerabilidades, como sejam a que decorre da idade, implicam uma deficiência.” A idade não pode ser vista como uma doença incapacitante. Outra preocupação diz respeito à possibilidade de tais normativos virem estigmatizar as instituições e as pessoas que acolham e cuidam dos idosos. Para o CNEVC as políticas deveriam concentrar-se no apoio necessário a prestar para que eles possam continuar a residir na sua própria habitação ou, nas situações em que tal não é possível, na habitação dos seus familiares mais próximos. Essa seria a solução para facilitar aos idosos a tomada das decisões que dizem respeito à sua vida pessoal e patrimonial, sem a presença de estranhos no seu dia-a-dia. Recomenda, neste sentido, um “programa de apoio às famílias que cuidam ou desejam assumir o cuidado dos seus idosos”.⁹⁶

O Conselho de Resolução de Ministros n.º 63/2015⁹⁷ apresentou um conjunto de medidas para solucionar esta problemática da violência sobre os idosos. Pacotes e medidas que já se vão prolongando no tempo desde a sua menção, mas que continuam por serem aplicadas. Visam o reforço dos direitos dos idosos, através da sua tipificação expressa e clara, pela adoção de políticas adequadas a protegerem esses direitos, na área

⁹⁵ Retirado do projeto de lei n.º 749/XIII/3ª do PAN, p. 1, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42083>, consult. em 28/fev/2018.

⁹⁶ CNECV, 1ª Comissão - Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Assembleia da República, 19 de janeiro de 2016. http://www.cnecv.pt/admin/files/data/docs/1458235259_CNECV%201%C2%AA%20Comissao%20Direitos%20Pessoas%20Idosas.pdf, consult. em 4/mai/2018.

⁹⁷ Disponível em https://dre.pt/home/-/dre/70095695/details/maximized?p_auth=bcHsA464 ou <https://dre.pt/application/conteudo/70095695>, consult. em 13/abr/2018.

da saúde e da segurança social. Para tal, indicaram-se as seguintes ações que teriam de se desenvolver: consagração no corpo legal de direitos dos idosos, que seriam os direitos de independência, participação, assistência, realização pessoal, dignidade e o direito ao acesso à informação pertinente e adequada, para que se possa efetivamente garantir o exercício pleno dos direitos aos idosos. No que concerne a independência, deve-se enaltecer o direito à autonomia e liberdade em tomar todas as decisões relevantes acerca da vida do idoso, nomeadamente a decisão sobre o local onde resida. Estes direitos só poderão sofrer as restrições estritamente adequadas e proporcionais, prevalecendo sempre a vontade da pessoa idosa. Quanto à participação, deve-se garantir que os idosos possam desenvolver atividades nas suas comunidades e possam integrar associações ou movimentos de idosos. Deve-se ainda garantir assistência na saúde, e apoio social e jurídico suficientes a responderem às suas necessidades de forma digna segura e protetora. Os idosos devem poder ter oportunidades de envolvimento educativo, cultural e recreativo que lhes propiciem bem-estar e realização pessoal plena. Todas as formas de violência, abuso, exploração ou discriminação das pessoas idosas têm de adequadas prevenção e repressão. Apresenta igualmente como medida, a de se aditar ao CP um tipo legal que criminalize certas condutas contra pessoas idosas, no mesmo sentido da proposta nos projetos de lei por nós já referidos.

Ainda no sentido de se protegerem os idosos, foi proposta a criação de Comissões de Proteção e Promoção dos Direitos dos Idosos⁹⁸ de forma a prevenir os casos de perigo e de abusos que decorrem da especial fragilidade verificada nas pessoas idosas. Apresentaram-se várias recomendações ao Governo das quais realçamos a ampliação do Programa Apoio Integrado a Idosos através de uma intervenção mais direta do Estado na promoção de serviços e verbas; divulgar-se mais o Programa Plano-Avó e outros semelhantes; apoiar as famílias que queiram viver e cuidar dos seus idosos; combater o isolamento e promover a integração dos idosos nas suas comunidades; incutir nos estabelecimentos de ensino a proteção e o respeito pela tutela dos direitos do idoso; consolidar de forma gradual uma rede pública de equipamentos de apoio aos idosos de forma a complementarem os equipamentos privados; promover incentivos financeiros e

⁹⁸ Projeto de Lei n.º 256/VIII, disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d76566b6c4a535339305a58683062334d76634770734e5449324c565a4a53556b755a47396a&fich=pj1526-VIII.doc&Inline=true>, consult. em 23/mai/2018.

fiscais às famílias para que estas consigam prestar cuidados aos seus idosos; realizar uma avaliação periódica dos equipamentos existentes a apresentar à AR.⁹⁹

No que diz respeito especificamente aos lares, já foi apontada a necessidade de o Governo realizar um estudo focado no envelhecimento e na institucionalização dos idosos. Permitiria contemplar-se o mapa de respostas sociais existentes, quais as práticas realizadas nos lares ao nível nomeadamente do respeito pelo bem-estar dos utentes, as qualificações e os programas de formação dos cuidadores, onde se identificassem quais as respostas alternativas à institucionalização.¹⁰⁰

2.6. Obstáculos à responsabilização criminal

O contexto em que são praticados os maus tratos a idosos em lares, traz inúmeros desafios e dificuldades ao nível da justiça. Ao longo do nosso estudo, não nos foi possível encontrar nenhum acórdão referente ao presente assunto. Importa por isso, refletir sobre esta questão.

Muitas vezes, os maus tratos mantêm-se no ambiente intrainstitucional, o que compromete, nomeadamente, a prova testemunhal, tendo em conta as características da vítima e o contexto em que o crime é praticado. Considerando-se que tal torna a vítima “duplamente indefesa”.¹⁰¹

Há uma série de fatores que contribuem para que seja difícil proceder à consolidação da prova. Muitas vezes, após a denúncia, a vítima vem desdizer o que tinha referido, de forma voluntária ou porque coagida a tal, ou vai perdendo capacidades cognitivas ao longo do processo.¹⁰² Em muitos casos, a pessoa idosa não reconhece a existência da *vítimação*, por ter medo de represálias do agressor, por ter vergonha, por estar a ser alvo de chantagem emocional, ou por ter receio de que ninguém irá acreditar.

⁹⁹ Projeto de resolução n.º 168/VIII, com vista ao reforço dos direitos dos idosos veio fazer várias recomendações ao Governo. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d76566b6c4a535339305a58683062334d76634770794d5459344c565a4a535556b755a47396a&fich=pjr168-VIII.doc&Inline=true>, consult. em 19/abr/2018.

¹⁰⁰ Projeto de Resolução n.º 1305/XIII/3ª, disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d7657456c4a535339305a58683062334d76634770794d544d774e53315953556c4a4c6d527659773d3d&fich=pjr1305-XIII.doc&Inline=true>, consult. em 19/abr/2018.

¹⁰¹ (Albuquerque & Paz, 2016, p. 28 e ss).

¹⁰² (Albuquerque & Paz, 2016, p. 28 e ss).

Tratam-se de pessoas que muitas vezes não têm conhecimento sobre os seus direitos enquanto vítimas, que estão socialmente isoladas e que dependem do agressor por ser seu prestador de cuidado.¹⁰³

Certamente não será por não haver cometimento deste tipo de crimes. Um estudo¹⁰⁴ demonstrou que, no período compreendido entre outubro de 2011 e outubro de 2012, mais de 300.000 mil portugueses com mais de 60 anos foram vítimas de algum tipo de violência, de onde se compreende nomeadamente violência praticada por funcionários. Não faltam, aliás, notícias a reportar abusos sobre pessoas idosas em lares de terceira idade. Notícias, por exemplo, sobre o número estrondoso de lares encerrados a mando da segurança social por falta de condições – 118 lares nos 11 meses de 2017, que dá uma média de mais ou menos 10 lares encerrados por mês.¹⁰⁵ Em 2004, levantaram-se 122 autos a lares de idosos por não cumprirem as normas legais de licenciamento e as condições de funcionamento de forma adequada.¹⁰⁶ Mas, sem dúvida que a notícia mais alarmante é aquela que vem revelar o estudo da OMS, onde se conclui que Portugal está nos cinco países da Europa que pior trata os idosos.¹⁰⁷ Notícias que relatam a realidade dos idosos em Portugal, onde há uma elevada percentagem de maus tratos praticados contra eles em lares de idade, sendo que o principal foco dos *media* reside dos lares ilegais, revelando a grande abundância destes no nosso país.

3. Direito Comparado

Os EUA e a Grã-Bretanha, desde a década de oitenta têm vindo a desenvolver medidas legislativas e programas de apoio e proteção de idosos vítimas de abusos. Acredita-se que, a aplicação de sanções legais sobre os perpetradores de maus tratos a

¹⁰³ (APAV, 2010, p. 75 e ss). <http://apav.pt/idosos/index.php/manual-titono>.

¹⁰⁴ Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, *Projeto Envelhecimento e Violência*, Lis. Fev. de 2014. Disponível em <http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/1955/3/Envelhecimento%20e%20Viol%C3%Aancia%202011-2014%20.pdf>, consult. em 19/abr/2018.

¹⁰⁵ “Segurança Social já mandou fechar 118 lares de idosos desde Janeiro” in *Público* (8 dezembro 2017). Disponível em <https://www.publico.pt/2017/12/08/sociedade/noticia/seguranca-social-ja-mandou-fechar-118-lares-de-idosos-desde-janeiro-1795338>, consult. em 25/fev/2018.

¹⁰⁶ “Mais de uma centena de lares sem condições mínimas” in *tvi24* (7 novembro 2005). Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/amp/idosos/violencia/mais-de-uma-centena-de-lares-sem-condicoes-minimas>, consult. em 25/fev/2018.

¹⁰⁷ “Portugal está nos cinco países da Europa que pior trata os idosos” in *Sábado* (23 fevereiro 2018). Disponível em http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/portugal-esta-nos-cinco-paises-da-europa-que-pior-trata-os-idosos?ref=DET_relacionadas_Politica, consult. em 28/fev/2018.

idosos, constitui uma forma de reduzir e prevenir este tipo de violência. Têm sido promovidas campanhas de aconselhamento dos idosos sobre a necessidade de planificarem os seus direitos, de modo a evitar possíveis explorações financeiras ou outras.¹⁰⁸

Nos EUA, todos os Estados fazem referência nos seus códigos penais, aos casos de maus tratos a idosos, o designado *elder abuse*. Mas existem Estados que preveem punição para a vitimização de pessoas mais velhas, por exemplo os Estados da Califórnia, Connecticut, Indiana e Florida. Alguns mencionam expressamente nas suas normas penais, o crime de *elder abuse* como um crime específico e separado dos outros. Para além disso, algumas faculdades de direito apostam na formação dos direitos dos idosos, lecionando-os nos seus cursos. A própria panóplia de livros sobre o assunto é muito mais abrangente do que aquilo que se verifica em Portugal.¹⁰⁹

Em Inglaterra, existe a *Action on Elder Abuse* (doravante *AEA*), um mecanismo que visa proteger os idosos de abusos e negligências, que se estende à Inglaterra, Escócia, País de Gales e Norte da Irlanda. Associação que providenciou desde início um serviço personalizado para pessoas idosas, para as suas famílias e para os cuidadores e os profissionais. Testemunharam já muitos casos de abusos, apontando o reduzido número de casos que chegam a ser condenados, e os que são, ficam-se por penas suspensas ou serviço comunitário. Para combater tal, propõe a agravação no crime de abuso de pessoas idosas, considerando a fragilidade das vítimas e as circunstâncias em que o abuso foi cometido. Fazem a comparação da questão da idade na agravação com circunstâncias que já estão tipificadas, como a etnia ou a religião.¹¹⁰ Tem-se verificado, no geral, um trabalho bastante exaustivo para o combate à discriminação das pessoas mais velhas.¹¹¹ Esta associação tem grande prevalência a nível europeu, por ter avançado com a definição de maus tratos e de negligência sobre as pessoas idosas, que tem vindo a ser usada pela OMS e outras organizações internacionais.¹¹²

França não tem nenhuma legislação específica sobre o assunto. Contempla uma maior salvaguarda da vulnerabilidade da pessoa, que se parece assemelhar ao que dispõe

¹⁰⁸ Silva, Isabel – “Envelhecimento e Violência contra os idosos”, s.l., s.d., s.n., (p. 269). <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3731.pdf>, consult. em 4/jan/2018.

¹⁰⁹ (Faria, 2015)

¹¹⁰ *Action on Elder Abuse*, disponível em <https://www.elderabuse.org.uk/in-england> e <https://www.elderabuse.org.uk/campaigning-in-england>, consult. em 19/abr/2018.

¹¹¹ (Marques, 2011, p. 18)

¹¹² (Santos & Ribeiro, 2014, p. 131 e 132)

o nosso CP, por agravar a pena.¹¹³ No art.º 121-3 CP francês, prevê-se que, no caso de o agente demonstrar falta de cuidado, negligência ou falta de uma obrigação de vigilância prevista por lei, tal conduta é considerada como crime. Ou seja, pune-se o autor que não tenha atuado com as diligências normais, tendo em conta as funções que desempenha. Responsabilizam igualmente as pessoas que não praticaram a conduta, mas criaram ou contribuíram para criar a situação que levou ao cometimento do dano, ou as que não evitaram a sua produção, nos casos em que estejam obrigadas a um dever específico de cuidado previsto por lei. A grande diferença para o que é contemplado em Portugal, é o facto de punir o abandono de *pessoa que não consiga proteger-se em razão da idade*¹¹⁴, nos termos do art.º 223-3.º CP francês, e isto para o abandono em qualquer local.¹¹⁵

O problema do envelhecimento e da falta de tutela penal que proteja eficazmente as pessoas idosas assola todas as sociedades, onde as críticas e os dados se mostram muito similares. Na Suíça, realça-se o número elevado de notícias que retratam a violência ou a discriminação para com as pessoas idosas, praticadas nos seus domicílios ou em lares e por quem tem a função de cuidar delas. Apontam como motivos para estes comportamentos a falta de profissionais a trabalharem, as más condições de trabalho e a crescente procura de auxiliares de saúde.¹¹⁶

É preciso sair da Europa para encontrar um Estatuto inteiramente previsto e criado com a função de proteger os direitos dos idosos. Estamos a falar do Estatuto do Idoso no Brasil¹¹⁷ destinado a todas as pessoas que tenham idade igual ou superior a 60 anos (art.º 1.º do Estatuto), de modo a que sejam salvaguardados contra qualquer ato negligente, de discriminação, de violência, de crueldade e opressão e de maus tratos. Remete a punição para as punições legais vigentes na lei penal. Pratica maus tratos quem coloque em “perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado” (art.º 99.º do Estatuto). Não obstante a consagração deste estatuto, muitas continuam a ser as

¹¹³ É o caso do seu art.º 222-8, em que o resultado morte por atos de violência, em vez de ir até 15 anos, aumenta-se a pena máxima de prisão para 20 anos.

¹¹⁴ “*d'une personne qui n'est pas en mesure de se protéger en raison de son âge*”.

¹¹⁵ “*en un lieu quelconque*”.

¹¹⁶ *Plateforme D'Information*, humanrights.ch (15 janeiro 2018), disponível em <https://www.humanrights.ch/fr/droits-humains-suisse/interieure/groupes/vieillesse/maltraitance-contre-ages-un-tabou>, consult. em 16/abr/2018.

¹¹⁷ O Estatuto está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm, consult. em 17/abr/2018.

dificuldades no que é a percepção da ocorrência deste tipo de condutas e na sua prevenção, bem como na abolição do preconceito presente contra a terceira idade.¹¹⁸ De realçar e louvar é a adoção no próprio Estatuto dos princípios sobre os quais as instituições têm de se reger, no art.º 49.º do Estatuto. Princípios que passam pela preservação dos vínculos familiares, pelo atendimento personalizado e em pequenos grupos, pela manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior, pela participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo, pela observância dos direitos e garantias dos idosos e, ainda, pela preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade. A instituição que viole estes princípios vê o seu responsável ser alvo de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ainda lhe serem aplicadas sanções administrativas.

Não poderemos deixar de elogiar países orientais como a China e o Japão, pela conceção que têm das pessoas idosas e da própria velhice. Esses países privilegiam uma filosofia que se funda no respeito pelos ascendentes e na piedade filial. Considera as pessoas idosas como modelos éticos e morais que devem ser honrados e seguidos. Nunca desconsideraram a potencialidade das pessoas idosas, mesmo depois da industrialização, tendo havido um papel ativo do Estado na implementação de políticas importantes, como a generalização de uma reforma por velhice e a criação de instituições de apoio a idosos necessitadas. Mas, fundamentalmente, é o papel da família que se revela fulcral para esta conceção que se diferencia muito daquilo que acontece nas sociedades ocidentais. O que se verifica é que, a pessoa idosa permanece na habitação dos filhos e netos, podendo desempenhar aí um papel ativo na contribuição da organização da casa e por tomarem conta dos netos. Mesmo nos casos dos idosos inseridos em instituições, estes continuam a desempenhar atividades, gerindo pequenos negócios¹¹⁹, tendo assim uma participação ativa na comunidade que faz com que, ao invés de se tornarem um fardo para a sociedade, revelam-se ser uma parte essencial da economia e da vida social.¹²⁰

¹¹⁸ “Maus tratos contra idosos à luz da Lei 10.741/03”, in *Blog do advogado Marcelo de Oliveira*. <https://linhasjuridicas.wordpress.com/artigos/maus-tratos-contra-idosos-a-luz-da-lei-10-74103-estatuto-do-idoso/>, consult. em 17/abr/2018.

¹¹⁹ Atribui-se aos idosos trabalhos como o transporte de crianças filhas de pais trabalhadores para a escola, serviços de lavandaria e distribuição de leite na comunidade.

¹²⁰ (Marques, 2011, pp. 46-48)

No Japão criou-se em 1989 um programa¹²¹ que desenvolveu serviços e programas que garantiram a segurança e a dignidade da população idosa, a nível social e da saúde, e apostaram também na investigação sobre a ciência do envelhecimento. A política japonesa sobre o envelhecimento apresenta um aspeto que não se verifica em mais parte alguma, que é o esforço realizado para enriquecer o *ikigai*¹²² dos cidadãos idosos, procurando promover o bem-estar e a realização da comunidade idosa. Nos países ocidentais o que se verifica é a promoção da independência e autonomia daquela comunidade. A política japonesa exige uma “abordagem abrangente e individualizada às necessidades e aspirações de cada um” e, por isso, revela-se mais ambiciosa que a segunda. São exemplos de políticas que promovem o *ikigai*, ações laborais em tempo parcial, voluntariado e envolvimento em atividades comunitárias que, no fundo, visam promover uma ideia ativa e valiosa das pessoas idosas. O que se verifica no Japão torna-se muito interessante por ser um país altamente industrializado e extremamente desenvolvido ao nível tecnológico que, ainda assim, tudo faz para preservar e garantir a valorização da população mais idosa.¹²³

4. Conclusões

Não podemos negar a evolução legislativa que se tem vindo a verificar, de forma a acompanhar a perceção de estarmos face a um verdadeiro problema que envolve questões de ordem social, política e jurídica. Evolução esta que tem pretendido criar instrumentos de proteção às vítimas, como é exemplo a intervenção da APAV dirigida essencialmente para as vítimas de maus tratos, bem como a criação de medidas processuais. Com a divisão do art.º 152.º CP em três artigos diferentes, conseguiu-se particularizar as condutas e responsabilizar os agentes conforme o grau de desvalor das mesmas, mas, revelou-se essencial, sobretudo, pelo facto de os maus tratos envolverem condutas que, podem não se enquadrar no conceito de ofensas à integridade física tipificado nos outros normativos legais que têm por base o mesmo bem jurídico. Neste tipo legal, está um conceito mais abrangente, de forma a conseguir abarcar todas as formas de maltratar outra pessoa que tenham consequências físicas e psíquicas. Uma vez

¹²¹ “*Ten-Year Strategy to Promote Health Care and Welfare for the Aged*”, também conhecido como “*Gold Plan*”.

¹²² Este termo refere-se ao “sentido e propósito da vida”.

¹²³ (Marques, 2011, pp. 46-48)

que no art.º 152.º-A CP está em causa a proteção de vítimas que estão especialmente desprotegidas face aos seus agressores, o regime jurídico não se limita a prever a punição do agente que pratica este tipo de crime, mas sobretudo direciona-se para a proteção da vítima através da criação de um conjunto de regras de natureza substantiva e processual.¹²⁴ Ou seja, tem como função prevenir e punir de maneira mais severa, não só as infrações contra a integridade física, mas também aquelas cometidas no âmbito de uma relação entre prestador de cuidado e utente de lar, pelas consequências que têm para a saúde física e psíquica e para o desenvolvimento saudável da personalidade, ou para o bem-estar.¹²⁵

Apesar dos normativos já analisados ao longo deste estudo, o CNEVC¹²⁶ evidencia a não existência de nenhum diploma legal onde estejam previstos os direitos dos idosos e respetiva tutela e, por isso, recomenda a criação de um Estatuto do Idoso¹²⁷. Antonieta Dias, Vice-Presidente da Comissão de Proteção ao Idoso chega mesmo a referir que “Portugal é o país que menos investe nas pessoas da terceira idade”.¹²⁸ Impõe-se então analisarmos várias soluções possíveis.

Trata-se de um problema complexo, uma vez que a proteção dos direitos dos idosos nunca poderá comprometer os seus direitos fundamentais de dignidade pessoal, autonomia e privacidade. Por isso, nunca se poderá assemelhar à proteção conferida às crianças, que vincula a incapacidade da criança de se proteger e de zelar pelos seus direitos fundamentais.¹²⁹

Concordamos com Paula Faria quando afirma que a idade tem de ser reconhecida como fator que coloca determinada população numa posição específica. Assim, para

¹²⁴ (Silva, 2017, p. 305 e 306)

¹²⁵ (Carvalho, nótula antes do art. 152.º, 2012), art.º 152.º-A

¹²⁶ CNECV, 80/CNECV/2014, *Parecer sobre as vulnerabilidades das pessoas idosas, em especial das que residem em instituições, memorando*. http://www.cnevc.pt/admin/files/data/docs/1413212959_Parecer%2080%20CNECV%202014%20Aprova%20FINAL.pdf, consult. em 2/fev/2018.

¹²⁷ CNECV, 1ª Comissão - Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Assembleia da República, 19 de janeiro de 2016. http://www.cnevc.pt/admin/files/data/docs/1458235259_CNECV%201%C2%AA%20Comissao%20Direitos%20Pessoas%20Idosas.pdf, consult. em 4/mai/2018.

¹²⁸ Expressão que utilizou na conferência prestada no Porto “Reaprender a idade: Contributos interdisciplinares” como notícia o jornal *Sábado*, disponível em http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/portugal-esta-nos-cinco-paises-da-europa-que-pior-trata-os-idosos?ref=DET_relacionadas_Politica, consult. em 2/fev/2018.

¹²⁹ Dias, Isabel - *Violência doméstica e justiça*. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pp. 245-262 (disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55996/2/isabeldiasviolencia000127786.pdf> e consult. a 4/jan/2018).

garantir a igualdade, tem de se regular autonomamente as necessidades de proteção que daí advêm. Se se continuar a ignorar as vulnerabilidades dos mais velhos, nunca será possível defender o seu bem-estar e os seus interesses. O nosso ordenamento já autonomiza o direito das crianças, das mulheres, dos doentes ou dos portadores de deficiência. Não será esta autonomização uma afronta ao princípio da igualdade se não se proteger igualmente, de forma autónoma, outros grupos de pessoas vulneráveis? Defende a autora a criação de um Direito dos Idosos, de modo a permitir a criação e o reforço de significados sociais através da lei.¹³⁰

Para Renato Barroso, velhice não pode ser só por si um fator redutor da capacidade jurídica, nem uma limitação da autonomia, apesar de admitir o difícil exercício da cidadania para o idoso. Por isso, defende que qualquer comportamento que não respeite ou dificulte a expressão de vontade das pessoas idosas deva ser punido. No entanto, aponta que os direitos dos idosos são os mesmos que se reconhecem a qualquer outra pessoa adulta, não havendo exclusividade nem especialidade. Para o autor, apenas é necessário “assegurar que as razões de eventual atrofia sejam debeladas ou atenuadas”. Recusa a aplicação de um direito *idadista* e discriminatório, que leve à identificação das pessoas idosas como um grupo socialmente homogêneo com leis específicas. Defende sim, a inclusão das pessoas idosas na família e uma integração efetiva onde vivem, seja na comunidade local ou na instituição que lhe presta auxílio e na sociedade em geral. Tal inclusão passará pela valorização da autonomia, independência, dignidade, participação e acesso aos cuidados das pessoas idosas. O desajuste dos comandos jurídicos e a não harmonização nas várias áreas do direito não justificam, no entender do autor, que se proceda a uma legislação autónoma nem à criação de um estatuto do idoso, como se fez no Brasil. Vê as pessoas idosas como pessoas adultas, diferentes entre si e, por isso, não podem ter subjacentes a si uma designação de conjunto de pessoas vulneráveis, empobrecidas, isoladas e que necessitem de proteção jurídica. No seu entendimento, a velhice deve ser vista como um conjunto de percursos diferenciados que levam a uma intervenção personalizada e não estereotipada. A idade deverá ser tida em consideração como um indicador relevante para o legislador, mas não como fator único de apreciação. Tal seria, na ótica do autor, injusto para outros grupos sociais e iria acentuar a discriminação e a separação entre as gerações, em vez do objetivo contrário pretendido.

¹³⁰ (Faria, 2015, p. 10 e 11)

Renato Barroso é da opinião que “a maioria dos «velhos» não precisa de proteção, protege; Não necessita de mentores, inspira; Não está dependente, sustenta.”¹³¹

Frisa-se, portanto, o facto de a velhice não poder constituir por si só um fator redutor da capacidade jurídica, nem uma limitação da autonomia. Assume-se a vulnerabilidade física e psíquica como algo possível de afetar os mais velhos que, juntamente com a diminuição do poder económico e da influência social advindos do fim da carreira laboral, possam constituir compressões no exercício de direitos. Porém, a dependência de que muitos idosos sofrem não é sinónimo de incapacidade.¹³² Direitos estes que Renato Barroso relembra serem concedidos a qualquer pessoa, e não unicamente à população idosa, como já vimos.¹³³ Porém, ainda em concordância com Paula Faria, a não autonomização dos direitos dos idosos contribui para a “invisibilidade do idoso no corpo social”.¹³⁴

Concordamos com Renato Barroso, apenas na medida em que é primordial que se respeite a autonomia no que concerne a gestão da vida e do património das pessoas idosas, não podendo ninguém substituí-las, a não ser que tenham poderes legais para tal. Porém, no nosso entender, a população mais velha terá sempre mais vantagens se os seus direitos forem tutelados de forma expressa e coerente na legislação nacional. Serviria para consciencializar a sociedade de que as pessoas idosas são pessoas adultas com direitos mais suscetíveis de serem menosprezados, e, por isso, necessitam de uma proteção *reforçada*.

A APAV fez uma listagem de uma série de direitos reconhecidos às vítimas de crimes que lhes permite suprirem as suas necessidades e defenderem os seus interesses e expetativas, mas vocacionando-os especialmente para as vítimas idosas. Têm direito à participação na sociedade de forma a permanecerem nela integradas, têm direito à saúde em que, nos casos de morarem em lares, significa terem direito a cuidados ou tratamentos, sempre com respeito à sua dignidade e o direito a tomar decisões sobre o seu cuidado e a sua qualidade de vida. Têm direito à autorrealização e à dignidade, especialmente importante, na medida em que nos diz que as pessoas idosas têm direito a receber um tratamento digno, que lhes dê segurança e, sobretudo, seja livre de explorações de maus

¹³¹ (Barroso, 2014, p. 126 e 127)

¹³² (APAV, 2010, p. 169 e 170)

¹³³ (Barroso, 2014, p. 119)

¹³⁴ (Faria, 2015, p. 9 e 10)

tratos físicos ou mentais. Têm direito à informação, uma vez que só com ela é que a vítima pode participar devidamente no processo e exercer os seus direitos, devendo ser transmitida numa linguagem adequada a que a vítima compreenda. Têm direito à alimentação em que, nos casos dos idosos que vivem em situação de carência precariedade e abandono, se traduz no direito a receber pensão de alimentos dos seus filhos e de outros descendentes. Quanto à justiça, como os restantes cidadãos, todos temos acesso ao direito e aos tribunais em qualquer circunstância. Usufruem de uma série de direitos sociais, nomeadamente o direito às prestações sociais. Têm direito à independência que se expressa pelo acesso àquilo que é essencial, alimentação, água, vestuário, entre outros.¹³⁵

Ora, nos casos dos idosos que residem nos lares fácil é ver que alguns destes direitos são constantemente violados, ainda que na prática não se têm denunciado efetivamente nos meios jurisdicionais, de forma a que se aplique o crime de maus tratos previsto e punido pelo art.º 152.º-A do CP.

É, por isso, primordial investir na formação dos cuidadores. Vimos atrás os baixos critérios para seleção destes trabalhadores, cuja função a desempenhar é cuidar de pessoas idosas, bem como as poucas condições. É essencial investir na formação e nos próprios cuidadores. De outra forma, mesmo com os direitos plasmados na lei, se ninguém proceder a denúncias, continuará a assistir-se ao mesmo até agora: a quase inexistência de processos crimes neste âmbito. Se quem acompanha o idoso ao longo do dia, que serão sempre os auxiliares e não os outros profissionais com formação académica superior¹³⁶, não tiver formação no que pode consistir abuso e violência, nunca vão denunciar aquelas práticas que, para eles já são costumes. Nunca irão alterar a forma de tratar os idosos que, pelo que pudemos assistir, é em grande medida de forma infantil e paternalista.

Por isso, os direitos dos idosos não só terão de serem autonomizados e a sua punição expressa no CP, como terão de constar nos Regulamentos das boas práticas de cada lar, bem como aquele que é imposto a todos os lares através da Segurança Social¹³⁷. Mencionar de forma específica nestes regulamentos os direitos dos idosos e as sanções

¹³⁵ APAV - “Direitos das Pessoas Idosas”, 2014. <https://apav.pt/idosos/index.php/direitos-da-pessoa-idosa>, consult. a 27/dez/2017.

¹³⁶ Veja-se que só se exige um profissional com formação académica superior de cada área por lar de idosos, logo nunca acompanharão os idosos da mesma forma (http://www.seg-social.pt/documents/10152/51499/Lar_idosos/573aed6a-0b92-4b99-9f75-d0ce46359b0b, consult. em 16/abr/2018).

¹³⁷ Regras previstas na Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.

previstas em caso da sua violação, obrigará a própria pessoa coletiva, o lar, a proceder à formação dos cuidadores de forma a evitar a perpetração de tais condutas. Como vimos, a pessoa coletiva é responsável pelas condutas dos seus trabalhadores, o que iria força-la a prevenir estas situações. E, tendo em conta o contexto aqui tratado, a mudança será significativa apenas com uma maior prevenção, tendo em conta que o tipo legal existe, mas raras vezes é usado para estas condutas. Aos direitos, haveriam de se juntar também medidas que promovam a autonomização dos utentes, que fossem obrigatórias para todos os lares. Estamos a pensar em medidas como os utentes participarem nas lides do lar, nomeadamente as domésticas, como tratar das suas roupas. Medidas que promovessem o convívio entre várias gerações, como por exemplo, realizarem-se atividades com as crianças da creche. Tal como Renato Barroso, também somos da opinião que se deva reconhecer o estatuto de organizações prestadoras de cuidados e reforçar a capacidade de decidir através do alargamento do âmbito da Lei do Testamento Vital.¹³⁸

Não podemos ser indiferentes ao facto de os idosos correrem um risco superior de serem vítimas de maus tratos, devido ao estado de dependência por residirem num lar, nem pelo de estarem num contexto em que denunciar estes comportamentos é extremamente complicado. Muitos temem, em caso de denúncia, ser alvo de retaliações e muitos outros nem têm consciência dos seus direitos legais. Os abusos mais frequentemente praticados neste contexto são a existência de restrições excessivas, a má medicação, a agressão verbal e o abuso material ou financeiro. Também podem ser alvos de infantilização, de despersonalização, de desumanização e de *vitimação*. A frequência e o tipo de maus tratos de que os idosos são vítimas estão relacionados com as suas próprias características, as dos lares e as dos profissionais que neles trabalham. No que diz respeito aos lares, alguns tendem a promover, entre os idosos, atitudes de dependência e não lhes proporcionam oportunidades para que cuidem de si próprios e assumam certas responsabilidades. Para além disso, estas instituições conhecem cada vez mais uma certa sobrelotação, o que se traduz numa menor qualidade dos serviços prestados e num número demasiado elevado de idosos a cuidar por profissional. Tal aumenta o risco de ocorrência de práticas abusivas e negligentes. Este risco é mais acentuado quando o estado de saúde

¹³⁸ (Barroso, 2014, p. 125)

do idoso é precário e ele se encontra isolado da sua rede de parentesco, dos amigos e da própria comunidade.¹³⁹

Pode-se dizer, então, que estamos perante um contexto sociocultural que propicia a vitimização da pessoa idosa e que merece uma tutela penal específica.

Como propostas para a melhoria de qualidade de vida para a população mais velha, Sibila Marques aponta a alteração do modelo de financiamento, para que a pessoa visada pudesse ter o poder de escolha no serviço que lhe seria mais adequado.¹⁴⁰ Segundo a autora, nos dias que correm, existe já uma maior consciencialização para este problema social e assiste-se à emergência de um novo conceito de lar de terceira idade, em que se procura preservar a independência e privacidade dos idosos, com a oferta de um conjunto de serviços de apoio e lazer.¹⁴¹ Então, talvez o que falte seja mesmo um regulamento que vincule todas as pessoas que contactem com os idosos nos lares a colocarem em prática este conceito de lar e, muito provavelmente, que seja acompanhado com uma maior ajuda da parte do Estado. Não consideramos justo que só algumas respostas sociais sejam capazes de propiciar qualidade de vida às pessoas idosas, respostas ainda dependentes dos meios económicos de cada um. Todos os idosos têm o direito de gozar os seus dias com qualidade e conforto.

É fácil descortinar a existência de uma variedade de necessidades específicas, decorrentes das várias partes envolvidas nos casos de maus tratos praticados contra os idosos. Por isso, o modelo de intervenção que se venha a adotar, para se tratar das consequências destes comportamentos e para prevenir a sua ocorrência ou reincidência, terá de preservar tanto a autonomia e dignidade das pessoas idosas, como a promoção da sua segurança. O modelo que se tem considerado ser aquele que mais respeita estes princípios é o modelo de gestão de casos. Este modelo adota uma intervenção onde se utilizam serviços estatais ou de ONGs, e se aplicam medidas legais e procedimentos clínicos. Começa por proceder a uma avaliação com o objetivo de recolher informação, para passar ao planeamento de modo a desenvolver um curso de ação e, por fim, aplica

¹³⁹ Silva, Isabel – “Envelhecimento e Violência contra os idosos”, *s.l., s.d., s.n.*, (pp. 249-273) <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3731.pdf>, consult. em 4/jan/2018.

¹⁴⁰ (Marques, 2011, p. 78)

¹⁴¹ Silva, Isabel – “Envelhecimento e Violência contra os idosos”, *s.l., s.d., s.n.*, (pp. 249-273) <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3731.pdf>, consult. em 4/jan/2018.

uma ação de intervenção com o objetivo de tratar as consequências e prevenir a ocorrência de maus tratos.¹⁴²

¹⁴² (Santos & Ribeiro, 2014, p. 138 e 144)

Conclusão

Esperamos ter ajudado, com este trabalho, para que a realidade dos mais idosos possa merecer, mais e melhor, a atenção do legislador, na defesa dos seus inalienáveis direitos enquanto pessoas mais velhas. A luta pelo constitucional cumprimento da igualdade entre os cidadãos exige a efetiva proteção aos que, em razão da idade, se encontrem mais vulneráveis a ofensas. Pelo que é responsabilidade do Estado não só os proteger, mas ainda, prevenir e evitar as ofensas a que, diariamente, se encontrem sujeitos.

A pós-modernidade, em que vivemos, tende a realçar o imediatismo, a satisfação passageira, privilegiando a individualização, esquecendo que é sempre o outro, na sua dignidade de vida, a *marca de água* vital da nossa própria dignidade.

Defendemos, nesse sentido, de que se devem tutelar, de forma específica, os Direitos dos Idosos. Que se devem atualizar os regulamentos que ditam as regras de bom funcionamento dos lares, para contemplarem os direitos dos idosos e as sanções para a sua lesão, remetendo para o CP, de modo a promover a autonomia e independência da população mais velha. Alertamos que a salvaguarda dos legítimos interesses dos idosos está dependente da formação de quem deles cuida, sendo primordial investir na sua formação e na sua valorização. Mudanças de ordem legislativa, política e social impõem-se.

A situação dos idosos diz respeito a todos nós, seja pelos nossos entes queridos, seja por ser o que o futuro nos reserva. Está na altura de abraçar e tornar real o conceito da filósofa Simone Beauvoir: “a velhice é a paródia da vida”.

Bibliografia

- Albuquerque, J. P., & Paz, M. (2016). Adultos-idosos dependentes ou especialmente vulneráveis: aspetos da proteção penal e civil. Em *Revista do Ministério Público* 146 (pp. 9-46).
- Albuquerque, P. P. (2015). Artigo 152.º-A. Em P. P. Albuquerque, *Comentário do Código Penal* (pp. 596-599). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Albuquerque, P. P. (2015). Artigo 163.º. Em P. P. Albuquerque, *Comentário do Código Penal* (pp. 643-653). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- APAV. (2010). *Manual Titono - Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência*. Lisboa: APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- Barroso, R. A. (2014). Há Direitos dos idosos? Em *Julgar* n.º 22 (pp. 117-127). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carvalho, A. T. (2012). Artigo 152.º-A. Em J. d. Dias, *Comentário Conimbricense do Código Penal* (pp. 534-549). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carvalho, A. T. (2012). nótula antes do art. 152.º. Em J. d. dias, *Comentário Conimbricense do Código Penal* (pp. 506-510). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carvalho, A. T. (2016). *Direito Penal, Parte Geral - Questões Fundamentais, Teoria Geral do Crime*. Porto: Universidade Católica Editora. Porto.
- Dias, J. d. (2007). *Direito Penal, Parte Geral*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Faria, M. P. (2015). *Os Maus Tratos Praticados Contra Idosos*. Porto: Universidade Católica Editora.
- Faria, M. P. (2017). *Formas Especiais do Crime*. Porto: Universidade Católica.
- Marques, S. (2011). *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sibila Marques.
- Pereira, V. d., & Lafayette, A. (2014). *Código Penal anotado e comentado*. Lisboa: Quid Juris, Sociedade Editora.
- Rosa, M. J. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Maria João Valente Rosa.

Santos, A., & Ribeiro, Ó. (2014). Maus tratos e negligência da pessoa idosa: Modelos teóricos e intervenção. Em (. M. Matos, *Vítimas e Violência: Práticas de intervenção* (pp. 131-145). Braga: Psiquilibrios Edições.

Silva, F. (2017). *Direito Penal Especial: Os Crimes Contra as Pessoas*. Lisboa: Quid Juris.

Materiais em suporte eletrónico

AA. VV – “Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990-2008)”, *análise social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, SciELO, jul. 2012. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732012000300005, consult. em 28/02/2018.

Action on Elder Abuse, disponível em <https://www.elderabuse.org.uk/in-england> e <https://www.elderabuse.org.uk/campaigning-in-england>, consult. em 19/abr/2018.

CEDH, disponível em https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf, consult. a 5/mai/2018.

CNECV, 80/CNECV/2014, *Parecer sobre as vulnerabilidades das pessoas idosas, em especial das que residem em instituições, memorando*. http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1413212959_Parecer%2080%20CNECV%202014%20Aprovado%20FINAL.pdf, consult. em 2/fev/2018 e também (Faria, Os Maus Tratos Praticados Contra Idosos, 2015).

CNECV, 1ª Comissão - Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Assembleia da República, 19 de janeiro de 2016. http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1458235259_CNECV%201%C2%AA%20Comissao%20Direitos%20Pessoas%20Idosas.pdf, consult. em 4/mai/2018.

CNIS, Regulamento Interno de Funcionamento Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. <http://humanitas.org.pt/wp-content/uploads/2014/06/ERPI-RI-e-CPS-31-03-2015.pdf>;

Comissão Europeia, “Special Eurobarometer 317”, *Discrimination in EU in 2009*, 2009. http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_317_en.pdf, consult. em 4/mai/2018.

Diário da República, 1 – Série-A n.º 241 (17 outubro 2001). http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/carta-social-europeia8496/downloadFile/file/STE_163.pdf?nocache=1200589188.48, consult. a 5/mai/2018.

Dias, Isabel - *Violência doméstica e justiça*. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pp. 245-262 (disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55996/2/isabeldiasviolencia000127786.pdf> e consult. a 4/jan/2018).

Direção-Geral da Ação Social, *Lar para Idosos*, Lis., Dez. 1996. http://www.seg-social.pt/documents/10152/51499/Lar_idosos/573aed6a-0b92-4b99-9f75-d0ce46359b0b, consult. em 16/abr/2018.

Estatuto do Idoso, Brasil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm, consult. em 17/abr/2018.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Projeto Envelhecimento e Violência, Lis. Fev. de 2014. Disponível em <http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/1955/3/Envelhecimento%20e%20Viol%C3%Aancia%202011-2014%20.pdf>, consult. em 19/abr/2018.

Maus tratos contra idosos à luz da Lei 10.741/03, in *Blog do advogado Marcelo de Oliveira*. <https://linhasjuridicas.wordpress.com/artigos/maus-tratos-contra-idosos-a-luz-da-lei-10-74103-estatuto-do-idoso/>, consult. em 17/abr/2018.

OMS, *European Report on Preventing Elder Maltreatment*, 2011, Prefácio (vii). http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0010/144676/e95110.pdf, consult. em 24/abr/2018.

Plateforme D'Information, humanrights.ch (15 janeiro 2018), disponível em <https://www.humanrights.ch/fr/droits-humains-suisse/interieure/groupe/vieillesse/maltraitance-contre-agees-un-tabou>, consult. em 16/abr/2018.

Projeto de lei 62/XIII apresentado em 2015, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42083>, consult. em 28/fev/2018.

Projeto de Lei n.º 256/VIII, disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d76566b6c4a535339305a58683062334d76634770734e5449324c565a4a53556b755a47396a&fich=pjl526-VIII.doc&Inline=true>, consult. em 23/mai/2018.

Projeto de lei n.º 744/XIII/3ª do CDS-PP, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42083>, consult. em 28/02/2018.

Projeto de lei n.º 745/XIII/3ª apresentado pelo CDS-PP, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42083>, consult. em 28/fev/2018.

Projeto de lei n.º 746/XIII/3ª, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42083>, consult. em 28/fev/2018.

Projeto de lei n.º 749/XIII/3ª disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42083> e consult. em 28/fev/2018.

Projeto de resolução n.º 168/VIII, disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d76566b6c4a535339305a58683062334d76634770794d5459344c565a4a53556b755a47396a&fich=pjr168-VIII.doc&Inline=true>, consult. em 19/abr/2018.

Projeto de Resolução n.º 1305/XIII/3ª, disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d7657456c4a535339305a58683062334d76634770794d544d774e53315953556c4a4c6d527659773d3d&fich=pjr1305-XIII.doc&Inline=true>, consult. em 19/abr/2018.

Público, “Segurança Social já mandou fechar 118 lares de idosos desde Janeiro” (8 dezembro 2017). Disponível em <https://www.publico.pt/2017/12/08/sociedade/noticia/seguranca-social-ja-mandou-fechar-118-lares-de-idosos-desde-janeiro-1795338>, consult. em 25/fev/2018.

Sábado, disponível em http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/portugal-esta-nos-cinco-paises-da-europa-que-pior-trata-os-idosos?ref=DET_relacionadas_Politica, consult. em 2/fev/2018.

Silva, Isabel – “Envelhecimento e Violência contra os idosos”, *s.l., s.d., s.n.*, (pp. 249-273) <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3731.pdf>, consult. em 4/jan/2018. Alerta para o facto de ainda não estar consagrado entre nós um conceito único para definir os maus tratos a idosos, nem haver muitos estudos sobre a cometimento destes atos.

Tvi24, “Mais de uma centena de lares sem condições mínimas” (7 novembro 2005). Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/amp/idosos/violencia/mais-de-uma-centena-de-lares-sem-condicoes-minimas>, consult. em 25/fev/2018.

Jurisprudência

Ac. de 18 março 2015 dp STJ, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/69f7ad0ea68b13c280257e0e00370c4d?OpenDocument&Highlight=0,pessoa,particularmente,indefesa,em,raz%C3%A3o,da,idade>, consult. em 25/fev/2018.

Ac. de 25 março 2015 do STJ Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/5ef1b7e08b5ca9fb80257e1400417908?OpenDocument&Highlight=0,pessoa,particularmente,indefesa,em,raz%C3%A3o,da,idade>, consult. em 22/fev/2018.

Ac. de 26 novembro 2015 do STJ disponível em <http://www.gde.mj.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/2e9792602226c75b80257f310057019f?OpenDocument>, consult. em 3/mai/2018.